

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC - SP

Agnaldo Martins de Souza

A reestruturação do sistema bancário no Brasil após o ano de 2000 através  
do uso de novas tecnologias: A hegemonia da cidade de São Paulo

MESTRADO EM GEOGRAFIA

SÃO PAULO

2009

**PONTÍFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PUC - SP**

**Agnaldo Martins de Souza.**

**A reestruturação do sistema bancário no Brasil após o ano de 2000 através do uso  
de novas tecnologias: A hegemonia da cidade de São Paulo**

**MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia na área de Novas Tecnologias pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC – SP, sob a orientação do Profº Doutor Gustavo de Oliveira C. de Souza.**

**SÃO PAULO**

**2009**

**Banca Examinadora**

---

---

---

Agradeço ao meu pai e a minha mãe pela  
dedicação que sempre tiveram comigo.

## **Agradecimentos**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ter me dado a vida e que em todos os momentos, da longa caminhada até aqui, nunca me abandonou, sempre foi a minha inspiração a cada manhã, me dando a possibilidade de sonhar e realizar os meus sonhos. Agradeço a Deus por mais esta conquista.

Agradeço em especial a minha mãe Neide, pois desde o seu ventre ela já lutava comigo, quando criança, adolescente e jovem, ela foi a minha maior incentivadora, foi quem me conduziu na minha formação como pessoa e me ajudou a vencer os obstáculos da escola e da minha adolescência. Mãe obrigada por tudo, não há nada no mundo que pague o que você fez por mim.

Agradeço ao meu pai Paulino, que sempre foi um batalhador e possibilitou a minha formação com o seu esforço, embora sem estudo algum, sempre sonhou com os três filhos cursando uma faculdade. Quero te dizer que o senhor é um vencedor também, a sua luta teve resultados.

Agradeço a minha irmã Agna, por sempre estar ao meu lado também, por ter dedicado os seus cuidados e a sua atenção a mim quando passei por momentos difíceis em minha vida. O que você fez por mim também não há nada neste mundo que pague. Obrigado por tudo.

Agradeço ao meu irmão Aguiar, que mesmo estando longe morando no EUA nesse período sempre foi um amigo, e que também me ajudou em determinados momentos da minha vida.

Agradeço ao meu avô Cacildo, um grande amigo, conselheiro e também incentivador dos meus estudos e dos meus projetos. Obrigado por nos ter ajudado quando nos mudamos para a cidade, possibilitando que morássemos em uma casa a qual o senhor havia doado a minha mãe para que nós pudéssemos estudar. A sua ajuda foi fundamental.

Agradeço a minha esposa Hellen, pessoa que sempre me incentivou nessa luta, pela compreensão que teve comigo, pelas horas ausentes, pelo apoio que sempre dispensou a mim em todos os momentos. O seu apoio foi fundamental. Obrigado por tudo. Te amo.

Agradeço ao Prof. DR. Gustavo, pelo tempo dedicado a mim nesta pesquisa, pelas orientações e pela confiança que depositou em mim na realização deste trabalho. Obrigado, sem a sua ajuda não teria vencido algumas etapas.

Agradeço a todos os professores que durante o tempo de formação do curso, nos conduziram com maestria na arte de ensinar aquilo que sabem. A todos vocês muito obrigado por terem investido o vosso tempo em mim na forma de conhecimento, fato que me fez ver o mundo de outra maneira.

## **A reestruturação do sistema bancário no Brasil após o ano de 2000 através do uso de novas tecnologias: A hegemonia da cidade de São Paulo**

### **Resumo**

Esta dissertação aborda as mudanças ocorridas na reestruturação do sistema bancário brasileiro, a sua superioridade sobre o território em especial a concentração bancária existente na região Sudeste, especialmente no estado de São Paulo, fazendo um recorte da capital paulistana. Analisando as transformações técnicas e tecnológicas ocorridas no setor bancário e a empregabilidade nos bancos brasileiros, destacando a hegemonia que tanto o Estado de São Paulo como a cidade de São Paulo exercem em relação às demais capitais brasileiras e as regiões, Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul.

Serão analisadas também a evolução do sistema bancário brasileiro desde o ano de 2000, até 2008 com o propósito de entender o processo de desterritorialização das agências bancárias pelo território brasileiro, além dos correspondentes não bancários, atendimento via internet, celular, as demissões ocorridas no setor, além da modernização dos bancos com a implantação das novas tecnologias voltadas para o setor bancário, bem como as novas tendências no que diz respeito à implantação novas tecnologias e serviços nos bancos.

Abordará os processos de reestruturação do Sistema Financeiro Nacional, as novas formas de gestão e reestruturação bancária, e os impactos que esse conjunto de fatores causou na empregabilidade dos bancários no Brasil.

Na análise será evidenciada a hegemonia que os bancos exercem sobre parte do capital que circula no país, bem como o controle que o setor bancário impõe na atuação das atividades não bancárias junto a empresas líderes no mercado nacional.

**Palavras chave: novas tecnologias, hegemonia, modernização, concentração bancária, emprego.**

## **The restructuring of the banking system in Brazil, after the year 2000, through the use of new technologies: the hegemony of Sao Paulo City**

### **Abstract**

This dissertation covers the changes that occurred in the restructuring of the Brazilian bank system, its hegemony over the territory particularly the bank concentration that exists in the Southeastern Region, especially in the Sao Paulo State, with a deeper analysis of the Sao Paulo Capital City. The dissertation analyzes the technical and technological transformations that occurred in the bank sector and the offer of jobs of the Brazilian banks, pointing out the hegemony that both the Sao Paulo State and the Sao Paulo Capital City exert regarding the other Brazilian capital cities and the other Brazilian Regions - North, Northeast, Mid-West and South.

It is also analyzed the evolution of the Brazilian bank system, as from the year 2000 up to 2008, with the purpose of understanding the process of national coverage of the bank branches over the whole Brazilian territory, in addition to the corresponding non-banking services, customer services through the Internet and the mobile phone, the dismissals that occurred in the sector, in addition to the modernization of the banks with the implementation of the new technologies that are focused on the bank sector, as well as the new trends that have to do with the implementation of new technologies and services in the banks.

The dissertation covers the restructuring process of the National Financial System, the new approaches for management and the bank restructuring, and the impacts that the aforementioned set of factors caused over the possibility of keeping jobs for bank employees in Brazil.

The analysis will make clear the hegemony that the banks exert over some of the capital that circulates in the country as well as the control that the bank sector exerts over the performance of the non-banking activities regarding companies that are leaders in the national market.

**Key words: new technologies, hegemony, modernization, bank concentration, employment.**

## **LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS.**

<b>BC</b>	Banco Central.
<b>CPDS</b>	Central de Processamento de Dados.
<b>DDA</b>	Débito Direto Eletrônico.
<b>DIEESE</b>	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.
<b>DOC</b>	Documento de Ordem de Crédito
<b>FEBRABAN</b>	Federação Brasileira dos Bancos.
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Aplicada.
<b>PAB</b>	Posto de Atendimento Bancário.
<b>PAE</b>	Posto de Atendimento Bancário Eletrônico.
<b>PDV</b>	Plano de Demissão Voluntária.
<b>POS</b>	Terminal de Ponto de Vendas.
<b>SFN</b>	Sistema Financeiro Nacional.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Número de agências bancárias e posto de atendimento Eletrônico implantados no período de 2001 a 2008. ....	35
<b>Tabela 2</b> – Número de agências bancárias no estado, capital e interior do Estado de São Paulo, no período de 2000 a 2008. ....	37
<b>Tabela 3</b> – Número de agências bancárias nas Regiões Nordeste, Norte, Sul, Centro-Oeste e nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.....	38
<b>Tabela 4</b> – Número de agências bancárias nas Capitais e no interior dos Estados.....	44
<b>Tabela 5</b> – Total de agências bancárias nos Estados, e o número de habitantes por agência.....	45
<b>Tabela 6</b> – Número de bancários entre 1986 a 2007 em todo o Brasil.....	53
<b>Tabela 7</b> – Número de sedes bancárias entre os anos de 1941 e 1984.....	59

<b>Tabela 8</b> – Número de sedes bancárias entre os anos de 2000 e 2009. ....	60
<b>Tabela 9</b> - Transações bancárias realizadas entre 2000 e 2007. ....	61
<b>Tabela 10</b> - Utilização dos canais de auto – atendimento do Banco Itaú entre 2000 e o 1º trimestre de 2007. ....	67
<b>Tabela 11</b> – Evolução dos celulares no Brasil entre 1994 e 2015. ....	67

## LISTA DE MAPA

**Mapa 1** – Número de agências bancárias

nas regiões brasileiras em 2008.....39

**Mapa 2-** Concentração dos bancos por habitantes –

um banco por 10 mi habitantes.....46

**Mapa 3** – Número de habitantes por agência

bancária em 2008.....47

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	1
<b>CAPÍTULO 1</b>	
1 As mudanças ocorridas no mundo do trabalho.....	8
1.1 As mudanças ocorridas na empregabilidade.....	18
<b>CAPÍTULO 2</b>	
2 A reestruturação produtiva dos bancos brasileiros .....	24
2.1 A reestruturação dos bancos brasileiros após 2000.....	32
2.2 A hegemonia bancária da cidade de São Paulo em relação às capitais, Estados e às regiões brasileiras.....	36
2.3 A globalização do sistema financeiro.....	49
2.4 Os reflexos das fusões bancárias, a implantação das novas tecnologias e as formas de gestão bancária.....	52
2.5 A concentração bancária e o crescimento do número de agências e postos de atendimento eletrônico no Brasil.....	59
2.6 As novas tendências dos bancos na prestação de serviços.....	66
<b>CAPÍTULO 3</b>	
1 A hegemonia dos bancos e sua territorialidade.....	73
<b>Considerações finais</b> .....	80
<b>Referências</b> .....	86

## INTRODUÇÃO

As transformações que aconteceram e que vem ocorrendo no mundo do trabalho, sempre estiveram vinculadas ao progresso tecnológico, assim como as mudanças na economia de cada País.

O homem presenciou inúmeras mudanças no decorrer da história da humanidade, que afetaram seu modo de vida e o local onde habitava. Mudanças ocorridas em razão do avanço da ciência e que trouxeram consigo as invenções, revolucionando a maneira de se realizar as tarefas cotidianas.

O surgimento das inovações e um volume cada vez maior de novos inventos, o homem ao longo dos tempos foi aprimorando as técnicas e as tecnologias visando elevar a produção e os rendimentos.

A eficiência das novas tecnologias que foram surgindo, e o processo produtivo logo transformou o cenário econômico e geográfico de vários Países, principalmente após a Revolução Industrial.

Desde então, a economia de vários Países toma novos rumos. Milhares de trabalhadores abandonam o campo e migram para as cidades. A geografia dos lugares passa a ter um novo rearranjo, principalmente nos Países onde as invenções são implantadas no processo fabril.

Sendo assim, as relações trabalhistas mudam, o processo fabril se intensifica e o mundo dos negócios se torna mais ativo e abrangente. Há um volume gigantesco de dinheiro circulando, é quando o número de instituições financeiras se multiplica, principalmente na Europa.

Com o surgimento das grandes cidades e das grandes concentrações industriais, as instituições financeiras são o sustentáculo da circulação de todas as formas de dinheiro pelos bancos.

Os bancos sediados nas cidades passam a fazer o uso da tecnologia e sempre estão na vanguarda das evoluções tecnocientíficas, buscando sempre novas maneiras para a realização dos serviços e substituindo funcionários por sistemas cada vez mais automatizados.

Mais do que nunca, as novas tecnologias estão em alta, seja pela praticidade ou pela redução nos custos da produção. As pessoas assistem cada vez mais a uma tomada dos postos de trabalho parcial ou total, em consequência da implementação de novas tecnologias que são mais vantajosas, rápidas e econômicas, tanto para as pessoas como para as empresas.

Atualmente, vivemos o mundo do amanhã, do imaginável e do inimaginável. Há uma competição entre os setores de produção de novas tecnologias para se firmarem como empresas líderes de mercado, na eficiência de seus produtos e na produção de serviços que, de preferência, utilizem cada vez mais recursos tecnológicos e menor quantidade de mão de obra.

Segundo Bauman (1988), o mundo e as relações são leves, soltas e fluidas. Vivemos na era do software, em uma sociedade de investimentos nômades, com empresas que também seguem a mesma linha. As novas tecnologias são ativas e despertam nas pessoas e nas empresas a necessidade de se adequarem ao novo momento da história. Não que no passado não tenha ocorrido a implementação de novas tecnologias, elas existiram e causaram a desestruturação de vários setores da economia e da sociedade ao longo dos anos, gerando ordem e desordem nas relações sociais e do trabalho. No entanto, hoje essas mudanças se dão em um ritmo avassalador e às vezes são irreversíveis.

Para Santos (1996), isso acontece porque em dias atuais, com a informática, as famílias de técnicas e tecnologias interagem entre si, fato que no passado não acontecia.

Com o advento do avanço frenético da tecnologia da comunicação e da informática, os fluxos de informação e comunicação passaram a causar um impacto cada vez maior mudando as relações tanto no campo pessoal quanto no empresarial e econômico.

Esta nova configuração global da difusão de informação e de tecnologia se constitui em uma nova territorialidade, onde os fluxos do

ciberespaço romperam as fronteiras, criando múltiplas faces e permitindo a criação de um espaço imaterial e fluido. Construíram uma rede infinita de relações, sendo que essas relações estão imaterialmente ligadas às mudanças estruturais que acontecem tanto no que diz respeito ao local quanto ao global.

Esta nova forma de rearranjo na economia global que vem acontecendo, produz novas formas de relações no mundo do trabalho. Elas são baseadas na utilização de novas tecnologias, nas políticas de reestruturação econômica e empresarial, que acabam redefinindo a vida cotidiana dos lugares e das empresas, entre elas os bancos.

Para Corrêa (2004), no Brasil as instituições financeiras começam a se multiplicar a partir da década de 1930, quando o processo de industrialização passou a requerer um sistema financeiro mais sólido para a organização do espaço capitalista e suas atividades.

Em 1940, o Brasil possui 512 sedes bancárias, sendo a sua maioria composta por pequenos bancos regionais e conta com 1.134 agências espalhadas pelo País.

Durante a década de 1960, com a reforma financeira, o número de sedes bancárias no Brasil começa a diminuir, no entanto o número de agências aumenta. Também é na década de 1960, que se inicia no Brasil, a primeira fase da automação bancária com a implantação dos CPDS (Centro de Processamento de Dados).

Já na década de 1970, acompanhando a tendência mundial de desconcentração financeira, o Brasil passa a ter um grande número de bancos que sobrevivem às custas das altas taxas de juros, gerados pelo processo inflacionário da época.

A partir da década de 1980, começam a ser implantados no sistema bancário brasileiro os sistemas integrados do tipo on-line e os mini-computadores, com isso, os sistemas ficaram mais ágeis. Aliado a um conjunto de fatores, entre eles: a reestruturação interna dos bancos, a

implantação de novas tecnologias no setor bancário e as políticas econômicas já prenunciavam futuros cortes no quadro de funcionários.

Devido ao longo período do quadro inflacionário vivido no Brasil, ou seja, desde a década de 1960, o número de sedes bancárias no País em 1994, era de 244. Após a implantação do Plano Real, no segundo semestre de 1994, o número de liquidações e fusões bancárias aumentou, sendo que em 2000, o número de sedes bancárias no Brasil era de apenas 191.

Após o ano 2000, com a disseminação das novas tecnologias voltadas ao setor bancário, como transferências on-line, caixas eletrônicos e a acirrada concorrência entre os bancos, percebe-se a redução na implantação no número de agências e ao aumento na implantação dos Postos de Atendimento Eletrônico. Nessa fase há um grande número de demissões causadas tanto pelas liquidações de alguns bancos, como pelo processo de fusão de outros bancos, assim como: as políticas econômicas, a reestruturação interna dos próprios bancos, com novas formas de gestão para o setor, além da implantação das novas tecnologias.

Neste contexto figura a cidade de São Paulo, centro hierárquico segundo Santos & Laura (2001), na concentração tanto de sedes bancárias como também de agências, e PAE (Posto de Atendimento Eletrônico).

Tanto a cidade de São Paulo como o Estado de São Paulo são hegemônicos no número de agências bancárias, se comparados com outras capitais ou Estados.

O processo de globalização financeira, aliado às novas formas de gestão bancária e à implantação dos sistemas de comunicação e da informática avançados, possibilitou o acesso, por parte dos usuários, aos serviços bancários, através dos Postos de Atendimento Eletrônico e via internet.

Segundo a (CIAB FEBRABAN, 2008), outro fator que fica evidente na prestação dos serviços bancários, são as novas tendências de atendimento ao público e serviços, tais como a utilização do celular para efetuar quase todos os serviços que hoje só são possíveis nas agências, caixas eletrônicos

ou via internet. Esses serviços poderão ser efetuados via celular, de qualquer ponto da cidade ou do País que tenha a infra-estrutura implantada.

Outro fator importante é a hegemonia que os bancos exercem na territorialidade do País através do controle de parte substancial dos recursos e do fluxo de capital na economia. Os bancos com o controle do capital podem influenciar as instituições não financeiras, além de impulsionar o desenvolvimento de algumas regiões em detrimento de outras.

No Brasil, os bancos controlam grupos econômicos inteiros ou são detentores de parte das ações desses grupos, que exercem atividades não financeiras.

Sendo assim, além de controlarem as atividades bancárias e o fluxo das várias formas do dinheiro circulado pelo País, os bancos ainda exercem o controle sobre os grupos que praticam as atividades não financeiras, vitais à economia do País, influenciando parte das decisões do Estado. Dessa forma se caracteriza a hegemonia do setor bancário sobre os demais setores da economia nacional.

Como procedimento metodológico, se priorizou a leitura de teses e dissertações referentes ao sistema bancário brasileiro desde a década de 1980 até 2008, além de inúmeros artigos publicados na internet referentes ao mesmo período. A pesquisa também foi fundamentada na leitura de bibliografias de economistas, sociólogos, geógrafos e nos relatórios anuais do Banco Central conforme descritos na bibliografia.

As fontes numéricas para a confecção das tabelas e mapas foram obtidas através dos relatórios anuais do (BANCEN) Banco Central, desde o ano de 2000 até o ano de 2008, (DIEESE), (FEBRABAN), Federação dos Bancos, Sindicato dos Bancários da cidade de São Paulo, (IBGE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e o (IPEA), Instituto de Pesquisa Aplicada.

O presente trabalho tem como objetivo geral entender as mudanças que ocorreram no processo de reestruturação bancária que vem

acontecendo no Brasil ao longo de décadas, e a hegemonia deste setor no Estado de São Paulo e na cidade de São Paulo.

Como objetivos específicos, a pesquisa pretende analisar as mudanças ocorridas no setor bancário brasileiro, a reestruturação do setor, o emprego e as demissões dos bancários, as novas tendências tecnológicas e de prestação de serviço dos bancos, bem como a hegemonia exercida pelos bancos nos outros setores da economia do País.

Avaliar o processo de reestruturação do setor bancário, ou seja, como aconteceu o crescimento do setor desde 1930 até 2008.

Verificar a questão do desemprego ocorrida no setor bancário brasileiro a partir da década de 1980, ou seja, as causas da redução do número de funcionários e as tendências para o futuro.

Analisar o processo de Globalização financeira e os seus impactos na reestruturação do sistema bancário brasileiro, bem como as novas formas de atuação dos bancos na obtenção de clientes e expansão de suas agências.

Demonstrar a hegemonia que o Estado de São Paulo e a cidade de São Paulo exercem sobre os demais Estados e cidades brasileiras, além da análise das áreas com alta densidade financeira e as áreas com atividades financeiras rarefeitas.

E finalmente demonstrar a hegemonia que os bancos exercem sobre a economia do País junto ao Estado e as atividades não bancárias.

A hipótese da pesquisa é que se por um lado houve o processo de concentração do número de sedes bancárias e redução no quadro de trabalhadores do setor bancário do Brasil, a partir 1980 até os dias de hoje, o mesmo não aconteceu com o número de agências espalhadas pelo País, que ano após ano vem aumentando, principalmente nas capitais, e em especial na região Sudeste, principalmente no Estado de São Paulo e na capital paulistana. Determinar os fatores que explicam o processo de concentração bancária que vem ocorrendo no Brasil, o desemprego do

setor, as causas da concentração bancária no Estado e na cidade de São Paulo.

O capítulo 1 aborda as transformações ocorridas no mundo do trabalho, as novas relações que foram surgindo com o desenvolvimento das novas tecnologias e o processo de industrialização. Aborda os processos de reestruturação das empresas, das economias e a empregabilidade no processo das economias globalizadas.

No capítulo 2 será discutido o processo de expansão do sistema bancário no Brasil desde 1930, as reformas financeiras, os impactos do Plano Real na concentração bancária e a reestruturação dos bancos após 2000. Será analisada a concentração bancária ocorrida no Estado de São Paulo e da cidade de São Paulo, fazendo um paralelo com as regiões brasileiras e os Estados, além da globalização do sistema financeiro. Discute, também, os reflexos das fusões bancárias, a implantação das novas tecnologias no setor bancário, as formas de gestão bancária que foram implantadas, o aumento das agências bancárias e postos de atendimento eletrônico, os correspondentes não bancários e as novas tendências dos bancos na prestação de serviços

O capítulo 3 fala sobre a hegemonia econômica que os bancos exercem sobre as atividades bancárias e as atividades não bancárias, bem como sobre o Estado. Aborda o poder que os bancos exercem no desenvolvimento regional através do deslocamento dos seus interesses com as atividades bancárias e as atividades não bancárias, bem como a parceria com o Estado.

## CAPÍTULO 1

### 1 - As mudanças ocorridas no mundo do trabalho

Ao longo de sua existência o homem tem buscado diversos meios para se firmar na sociedade e no contexto social, ao qual está inserido. Buscando estabelecer limites, fincar marcos de conquistas à custa de alguma forma de trabalho, ora de forma individual, ora em coletividade, às vezes com ideais ou pura e simplesmente para atender seus próprios interesses.

Mas afinal o que é trabalho? Quando foi que ele surgiu? Ele manteve sempre os mesmos aspectos ao longo de sua existência?

Sobre o tema trabalho, Lazzareschi (2007), diz que:

Trabalhar é uma atividade exclusivamente humana por ser consciente, deliberada, com o propósito explícito de gerar resultados que possibilitem a satisfação não só de necessidades relativas a sobrevivência, alimentação, vestuário, abrigo, de manutenção da vida, mas também de necessidades sociais, culturais, artísticas, espirituais, psíquicas, que distinguem o homem de outros animais. Só é possível ser realizada porque somos dotados de inteligência, iniciativa, espírito criativo, criatividade, que se desenvolve ao longo do seu processo e, e por isso, o trabalho deve permitir a realização plena da natureza humana. (LAZZARESCHI, 2007, p.8.9)

De acordo com Marx (1989), referente ao trabalho, o autor diz que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defrontando-se como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil a vida humana. Atuando, assim, sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. (MARX, Karl, 1989, p.202).

Neste contexto o trabalho sempre assumiu um papel fundamental na transformação do espaço; o homem utilizou de suas capacidades que lhe são comuns a descoberta, a ocupação, o desenvolvimento e funcionalidade do espaço geográfico e do trabalho vivo, a fim de dinamizar as condições vigentes no espaço em questão para a sua sobrevivência e novas conquistas.

Segundo Gorz:

Durante a história o trabalho jamais foi um elemento agregador e sim excludente, em todas as sociedades pré-modernas aqueles que trabalhavam eram considerados uma classe inferior, esses cidadãos pertenciam ao reino natural, não a reino humano. Esses trabalhadores estavam submetidos á necessidades, incapazes, portanto de elevação de espírito, de desinteresse, de tudo aquilo que habilitava a ocupar-se da política. Portanto essa atividade servil excluía o indivíduo da condição de cidadão, de exercer a sua cidadania. Na antiguidade o trabalho era indigno para o cidadão, pois trabalhar significava sujeitar-se a necessidade. O homem livre recusava submeter-se á necessidade, dominava seu corpo para não transformar-se em escravo de suas necessidades materiais e, caso trabalhasse, era somente com a intenção de não depender daquilo que não domina, isto é, para assegurar ou ampliar sua independência. (GORZ, 2003, p.23).

Ainda sobre o autor acima ele diz que:

Aquilo que conhecemos como trabalho é uma criação da modernidade, mais exatamente oriundo do industrialismo. No sentido contemporâneo, o termo trabalho, não se confunde com os afazeres que são repetidos dia após dia, que são necessários à manutenção e à reprodução da vida de cada um; nem com o labor, por mais penoso que seja, realizado por um indivíduo no cumprimento de uma tarefa da qual ele e seus próximos serão os destinatários e beneficiários; nem com o que compreendemos por conta própria, onde não medimos o nosso tempo e esforço, cuja finalidade só interessa a nós mesmos e que nenhuma pessoa poderia realizar

em nosso lugar. Se chamamos a essa atividade trabalho de autoprodução, fazemo-lo em um sentido radicalmente diverso do sentido que se empresta à noção de trabalho, fundamento da existência da sociedade, ao mesmo tempo sua essência e sua finalidade última. (GORZ,2003)

Ainda referindo-se ao tema trabalho (GORZ,2003) diz:

Pois a característica mais importante desse trabalho aquele que temos, procuramos, oferecemos é ser uma atividade que se realiza na esfera pública, solicitada, definida e reconhecida útil por outros além de nós e, este título, remunerado. É pelo trabalho remunerado (mais particularmente, assalariado) que pertencemos a esfera pública, adquirimos uma existência e uma identidade sociais (isto é, uma profissão), inserimo-nos em uma rede de relações e de intercâmbios, onde a outros somos equiparados e sobre os quais vemos conferidos certos direitos, em troca de certos deveres. O trabalho socialmente remunerado e determinado mesmo para aqueles a que o procuram, para aqueles que a ele se preparam ou para aqueles a quem falta trabalho é, de longe o fator mais importante da socialização. Por isso, a sociedade industrial pode perceber a si mesmo como uma “sociedade de trabalhadores” distinta de todas as demais que precederam. (GORZ, 2003, p. 20).

Desde que a produção passou a ser realizada no chão da fábrica, onde os trabalhadores vendiam sua força de trabalho para o dono da fábrica, abriram-se portas para a criação de centenas de milhares de novos “inventos” e novas “tecnologias”, que década após década transformariam a espacialidade geográfica da produção, do próprio espaço das relações sociais do homem com a natureza, e o capital. Esses rearranjos comandados pelas forças dominantes da economia global sempre estiveram atrelados à esfera financeira do cotidiano das pessoas e das empresas.

As instituições financeiras surgem e emergem com uma funcionalidade, munidas de um corpo operacional de funcionários que ao longo da história se desloca com a força do capital para os pólos de desenvolvimento econômico tanto nacionais como internacionais, ou seja, à medida que as concentrações industriais são criadas e grandes cidades vão surgindo, as instituições financeiras dão suporte à circulação da moeda e de papéis, que vão reger a economia das localidades. O fluir do vil metal e de papéis de valor, fluem obrigatoriamente a partir dos bancos. As atividades bancárias em seu funcionamento e no que se refere ao maquinário utilizado, também acompanharam as evoluções tecnocientíficas ocorridas em todos os setores da produção e principalmente da comunicação. Sendo assim, esse setor por estar à frente do controle do dinheiro circulante e de uma série de serviços, ao longo dos anos foi se aperfeiçoando, sempre ficou evidente a busca por novas maneiras de se realizar os serviços com maior rapidez e mais eficiência.

Segundo Pochmann (2002), a dinâmica de exclusão social no mundo do trabalho sempre existiu. No século XX, surgiram várias políticas sociais e econômicas como o Keynsianismo que tentaram dar mais segurança ao trabalhador e às suas conquistas.

Para ele, com o Pós- Guerra houve uma suposta integração social que entra em declínio nos anos 70 com o avanço da política neoliberal (POCHMANN, 2002, p.11).

O que antes parecia seguro começou a mostrar sinais de fragilidade e desestruturação no mundo do trabalho (POCHMANN, 2002). As velhas estruturas de trabalho começaram a ser questionadas e a sofrer mudanças.

No início dos anos 70, a crise do Sistema Monetário Internacional abre espaço para novos debates nas economias (POCHMANN, 2002); ganha força então a política neoliberal em toda a Europa e Estados Unidos.

Nesse estágio surgem críticas ao sistema de integração social, que exigiam principalmente uma intervenção cada vez menor do Estado. Diante deste quadro o mundo do trabalho começa a sofrer mudanças com a nova geografia do mundo do trabalho e da produção, e os padrões antes rígidos começam a adquirir características mais flexíveis, tendo maior mobilidade. A desregulamentação das economias e a flexibilização dos mercados de trabalho tendem a provocar traços de desindustrialização. Com menor intervenção do Estado há dificuldades na geração de empregos (POCHMANN, 2002, p.17).

Ao mesmo tempo, a permanência de um processo de reestruturação nas forças produtivas capitalistas, compartilhado pelas inovações tecnológicas e organizacionais, impõe transformações no padrão de uso e remuneração da força de trabalho (POCHMANN, 2002).

Para Harvey:

A acumulação flexível, [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez fordista. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos padrões e de consumo caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas na inovação comercial, tecnológica e organizacional.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre os setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no chamado "setor de serviços". (HARVEY, 1989, p.140.)

Com o fim do período conhecido como os anos dourados do capitalismo, o mundo do trabalho com suas inovações tecnológicas apresenta um cenário de baixa empregabilidade e de baixo crescimento econômico. Há incertezas quanto à empregabilidade, existe um forte processo de precarização do trabalho com elevadas taxas de desemprego e novas formas de gestão de empresas. Esse conjunto de fatores dá uma nova performance ao trabalho e mobilidade dentro do território (POCHMANN, 2002,p.18).

As transformações ocorridas nas últimas décadas têm provocado uma série de mudanças a nível político, econômico, cultural e tecnológico, que diretamente ou indiretamente acabam afetando e modificando a vida das sociedades. Em particular o ramo da microeletrônica cada vez mais sofisticada e precisa, produz inovações que acabam por destruir o modo antigo de fazer as coisas e introduz um novo paradigma, tanto na produção quanto no mundo do trabalho (POCHMANN, 2002, p.18).

Com o desenvolvimento das novas tecnologias ligadas à área da informática, houve mudanças significativas na fluidez do dinheiro, capitais e ações da bolsa de valores. Essa velocidade na produção cada vez mais tecnicizada da microeletrônica possibilitou o estrapolamento das fronteiras físicas. Embora fixas geograficamente, a espacialidade das finanças ultrapassou a fronteira fixa e passou a atingir lugares nunca antes alcançados. A suposta comodidade proporcionada pelas novas tecnologias da informática, da microeletrônica e da comunicação, influenciaram o modo de vida das pessoas, ou seja, de como fazer as coisas (PEREZ, 2004, p.19).

De acordo com (HARVEY,1989, p.154), o uso dos computadores e as comunicações eletrônicas acentuaram a significação da coordenação internacional instantânea dos fluxos financeiros.

Para o autor:

[...] A formação de um mercado de ações global, de mercados futuros de mercadorias (e até dívidas) globais, de compensação recíproca de taxas de juros e moedas, ao lado da mobilidade geográfica de fundos, significou, pela primeira vez, a criação de um único mercado mundial de dinheiro e de crédito (HARVEY,1989. p 152).

Atingiu e modificou como nunca o mundo do trabalho, onde os velhos paradigmas de produção a cada dia foram sendo substituídos pelos novos paradigmas. A rapidez da informática e as novas maneiras do trabalho em conjunto aliado aos fatores econômicos nos conduziram a um novo tipo de trabalho, o esforço mental é exigido pela máquina moderna. O trabalho moderno, focado no conhecimento, a informação é que dá o rumo da produção e do fazer associado ao mundo tecnificado. A reestruturação produtiva, sobre a ótica do conhecimento e sustentada pela máquina, transforma não só a maneira de realizar o trabalho, mas também a geografia das atividades econômicas e da espacialidade dessa produção, seja industrial ou na prestação de serviços. Com a velocidade na obtenção da informação do mundo virtual, o capital em conjunto com a informação passaram a ser fluidos, por sua vez o trabalho agora também, se locomove por cabos, redes, satélites e processadores que cabem na palma da mão (PEREZ, 2004).

A respeito do assunto (HAESBAERT) aponta que Tuathai diz:

A integração financeira global, na verdade, produz um novo complexo geopolítico de território, tecnologia, estado e mercados em escala global, tendo como eixo básico uma série de centros globais. Por fim, a volatilidade e a esta seletividade espacial do capital financeiro disseminaram a exclusão de amplas áreas do planeta, incapazes de construir a indispensável infra-estrutura e as condições socioeconômicas para sua reprodução, ou capaz de manter o capital puramente especulativo durante períodos de tempo. (O TUATHAI, apud. HAESBAERT, p.192)

BAUMAN (1998), afirma que:

Todos nós estamos, a contragosto, por desígnio à revelia em movimento. Estamos em movimento mesmo que fisicamente estejamos imóveis: a imobilidade não é uma opção realista num mundo em permanentes mudanças, no entanto, os efeitos dessa nova condição são radicalmente desiguais. Alguns de nós tornam-se plena e verdadeiramente “globais” alguns se fixam na sua “localidade” que não é nem agradável nem suportável num mundo em que os “globais” dão o tom e fazem as regras do jogo da vida. Ser local num mundo globalizado é sinal de privação e de degradação social. Na atualidade o mundo do trabalho ganha dimensões inovadoras, ou seja, as espacialidades locais estão perdendo sentido e dando lugar a um significado global, com o mundo do trabalho não é diferente, as decisões aplicadas ao território são tomadas extraterritoriais. (BAUMAN, 1988, p.8.)

A **Companhia** pertence às pessoas que nela investem, não aos seus empregados, fornecedores ou à localidade em que se situa. Segundo Bauman (1998), a afirmação quer dizer que os empregados, os fornecedores e os porta-vozes da comunidade não têm vez nas tomadas de decisões que os investidores podem tomar; e que os verdadeiros tomadores de decisões, as “pessoas que investem”, têm o direito de descartar, de declarar irrelevante e inválido qualquer postulado que os demais possam fazer sobre a maneira como elas dirigem a **Companhia** (BAUMAN, 1988, p.13.).

Seguindo esta mesma idéia Giovanni & Antunes (2004), afirmam que no contexto do capital mundializado, dado pela internacionalização do capital e de seu sistema produtivo, a configuração do mundo do trabalho é cada vez mais transnacional. Há uma configuração tanto do espaço quanto do tempo de produção, ao mesmo tempo em que emergem novas áreas industriais e outras desaparecem. Para os autores, com a transnacionalização do capital ocorreu um processo de ampliação das fronteiras no interior do mundo do trabalho. Para eles a ação dos trabalhadores deve ser cada vez mais internacionalizada.

De acordo com Giovanni & Antunes (2004), para se compreender a nova forma do trabalho tem que se partir de uma concepção ampliada de trabalho. Ela compreende a totalidade de assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende a sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário.

No entender de Giovanni & Antunes:

Ela incorpora tanto o núcleo central do proletariado industrial, os trabalhadores produtivos que participam diretamente do processo de criação de mais-valia e da valorização do capital, transcendendo as atividades industriais e abrangendo os trabalhadores improdutivos, cujos trabalhos não criam diretamente mais-valia uma vez que são utilizados como serviço, seja para uso público, como serviços públicos, seja para uso capitalista. São acrescentados também como trabalhadores improdutivos, criadores de antivalor no processo de trabalho, vivenciam situações muito aproximadas com aquelas experimentadas pelo conjunto dos trabalhadores produtivos.

A classe trabalhadora, hoje também incorpora o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital, de que são exemplos os assalariados das regiões agroindustriais, e incorpora também o proletariado precarizado, o proletário moderno, fabril e de serviços, part-time, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do

mundo produtivo. Inclui ainda a totalidade dos trabalhadores desempregados.

Compreender, portanto, a classe-que-vive-do trabalho, a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica entender este conjunto de seres sociais que vivem da venda da força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção. Como todo trabalho produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora deve a totalidade dos (as) trabalhadores (as) assalariados (as). (GIOVANI & ANTUNES, 2004. p. 342-343).

A classe trabalhadora, portanto, é mais ampla que o proletariado industrial do século passado, embora esse ainda se constitua em seu núcleo fundamental. Ela tem, portanto, uma conformação mais fragmentada, mais heterogênea, mais complexificada, que somente pode ser apreendida se partirmos de uma noção ampliada do trabalho.

O processo descrito pelos autores põe por terra os argumentos daqueles que acreditavam e ainda acreditam que o trabalho e a classe trabalhadora desapareceriam. Fica claro que ao longo da existência do capitalismo e de sua atuação pelo mundo, que as inovações tecnológicas sempre estiveram presentes e causaram uma série de transformações no mundo do trabalho, ou seja, a cada estagnação de uma fase econômica ou esgotamento de um ciclo, sempre houve o estabelecimento de um novo paradigma tecnológico, que destruía o paradigma anterior e mantém as velhas estruturas então vigentes e não mais operantes e obsoletas. A instalação destruidora dos novos paradigmas tecnológicos sempre possibilitaram novas chances de aperfeiçoamento e desenvolvimento de novas técnicas que acabaram destruindo alguns postos de trabalho, e criando novos postos. Ou seja, o que sempre esteve em jogo com os paradigmas tecnológicos foi o emprego e não o trabalho; este foi sendo aperfeiçoado ao longo dos anos,

acompanhando as novas maneiras de se realizar o trabalho de acordo com cada época. As novas tecnologias, também, não foram as únicas responsáveis pela eliminação de uma série de empregos. O que houve foi um conjunto de fatores econômicos e de crises conjunturais, locais e globais que, aliadas às novas tecnologias, possibilitaram a eliminação de milhares de postos de trabalho, visando maior lucratividade com o uso intensivo das máquinas (GIOVANI & ANTUNES, 2004).

## 1.1 – As mudanças ocorridas na empregabilidade

O emprego hoje adquiriu uma nova característica. Na época dos anos dourados e do quase emprego, havia postos de trabalho com excelente remuneração. Atualmente, segundo Pochmann (2002), “a geração de ocupação com baixa qualidade (atípica, irregular, parcial), que no padrão sistêmico de integração social estaria associada à exclusão relativa do modelo geral de emprego regular e de boa qualidade, surge como exemplo de incorporação econômica possível. Dessa forma, distanciam-se as possibilidades de estabelecimento de um patamar de cidadania desejado. Com a concorrência mundial e a globalização econômica, o emprego acompanha o que ocorre a nível mundial ou que está restrito ao espaço local (POCHMAN, 2002. p.22).

Tanto na primeira como na Segunda Revolução Industrial e tecnológica houve profundas mudanças na reestruturação das empresas. No século XVIII e XIX

acontece a Primeira Revolução Industrial, na Inglaterra, com a propagação de novas técnicas, produtos, equipamentos, organização da produção e gestão dos recursos humanos. As mudanças ocorridas na Primeira Revolução Industrial mudam a geografia da cidade, assim como a do campo, pois libera um grande excedente de mão de obra que migra para a cidade onde são submetidos a longas jornadas de trabalho e a baixos salários (POCHMAN, 2002. p. 30).

Sobre o assunto, diz Moreira (2006):

Até o advento da Primeira Revolução Industrial, no século XVIII, o mundo era um conjunto de realidades espaciais das mais diversas, e as sociedades se distribuíam na infinita diversidade espacial dos gêneros de vida das civilizações. Desde então, a tecnologia industrial passa a intervir na distribuição, unificando em sua expansão área a área, uma após outro esses antigos espaços (MOREIRA, 2006 p, 157).

No final do século XIX, acontece a Segunda Revolução Industrial e tecnológica, mas agora com novos protagonistas. Além da Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha alavancam este processo de transformação tanto econômico como político, industrial e social. Estes três Países proporcionaram uma difusão maior de tecnologia, o que exigiu concentração de capitais e internacionalização das grandes empresas. Com a difusão das novas técnicas e tecnologias, acelerou-se o processo de expulsão da população do campo para a cidade. Nas cidades houve a geração de inúmeros empregos, no entanto não foi suficiente para que todos ficassem empregados. Mais uma vez se percebeu outra profunda mudança na geografia dos Países, principalmente naqueles em via de desenvolvimento. Assistiu-se ao esvaziamento do campo e o crescimento da periferia das cidades (POCHMAN, 2002. p.30.31).

De acordo com Mereira (2006), diz que:

Com a segunda Revolução Industrial, que ocorre na virada dos séculos XIX-XX, esta intervenção é levada à escala planetária, na forma da uniformização dos modos de vida e processamento produtivos. Os espaços são globalizados em menos de um século sob um só modo de produção, que unifica os mercados e os valores, suprimem a identidade cultural das antigas civilizações e traz como uniformidade técnica uma desarrumação sócio-ambiental em escala inusitada. Ao rearrumar os espaços sob um só modo padrão, a uniformidade de organização destrói e prejudica o modo de vida com que a humanidade se conhecia. (MOREIRA, 2006,p.158)

Segundo Beveridge (1948) e Keynes (1987), com a consolidação da Revolução Russa, em 1917, a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919, o agravamento da crise econômica, na década de 20, e as correntes contrárias ao liberalismo, criaram-se novos arranjos no campo e nas políticas públicas para o pleno emprego e a melhor distribuição de renda. No pós-guerra as principais economias do mundo contaram com os anos de ouro, ou seja, pleno desenvolvimento e pleno emprego. Nesse cenário, se consolidaram os sindicatos e foram estabelecidos vários direitos aos trabalhadores, tais como: o salário mínimo e a maior participação nos resultados do crescimento econômico.

Segundo Pochmann (2002), a imposição de limites na autonomia das empresas e na flexibilidade quantitativa do mercado de trabalho, resultou na mudança da força de trabalho. Por consequência, o mercado de trabalho tornou-se menos heterogêneo, com pouca diferenciação salarial, baixo desemprego e maior estabilidade nos contratos de trabalho. Com a crise de 70, os principais países capitalistas não conseguiram mais coordenar as políticas macroeconômicas entre os  
A partir de então surge o que muitos entendem como a terceira revolução industrial

que veio acompanhada por novos avanços tecnológicos e que afetaria com certeza o mundo do trabalho. As novas mudanças proporcionadas pelas modernizações da terceira revolução industrial atingem a todos os setores da atividade econômica, entre eles o de serviços. Nessa etapa, não participaram do processo apenas os setores mais avançados da economia que se utilizam de alta tecnologia; os setores considerados tradicionais já experimentam as novas tecnologias. Nas últimas quatro décadas do século XX o mundo do trabalho não alcançou suas expectativas, ou seja, não houve aumento nos postos de trabalho e nas economias de mercado. Houve o aumento das vagas de emprego no setor terciário e falta de emprego nos setores primários e secundários; no entanto as taxas de desemprego continuaram elevadas (POCHMAN, 2002.p.33.34).

Sobre o assunto diz Haesbaert:

Certamente podemos afirmar que é intrínseco à reprodução do capital este alimentar constante do movimento seja pelos processos de acumulação, como a aceleração do ciclo produtivo pela transformação técnica e paralela reinvenção do consumo, seja pela dinâmica de exclusão que joga uma massa de pessoas em circuitos de mobilidade compulsória na luta pela sobrevivência cotidiana (HAESBAERT, 2004, p. 22).

O desemprego não pode ser apresentado como uma novidade, mas como um fenômeno intrínseco ao processo de acumulação do capital. Nos Países periféricos que tiveram seus parques industriais construídos na década de 70, não foi suficiente o número de empregos criados. Estes países hoje sofrem com o dinamismo na implantação de novas tecnologias em todos os setores da economia e

com a geração de mais empregos. A escassez de emprego deve-se a fatores externos como as novas tecnologias e do comércio interior (POCHMAN, 2002. p.44).

Quanto a isso, Haesbaert afirma que:

A exclusão em sua dimensão socioeconômica, deve-se justamente a “flexibilização” do capital pela incorporação de novas tecnologias poupadoras de mão de obra pela precarização das relações de trabalho, à acumulação de capital concentrada no setor financeiro especulativo, [...] a crise do Estado do bem social (HAESBAERT, 2004, p. 193).

A difusão das novas tecnologias é responsável pela diminuição dos postos de trabalho, enquanto a expansão do comércio externo reduz o emprego de menor qualificação devido ao deslocamento geográfico de empresas e a oferta de bens produzidos com salários irrisórios nas economias periféricas (POCHMANN, 2002).

Haesbaert afirma que:

[...] a globalização através da desterritorialização (cadeias de commodity), onde manufaturas e serviços básicos são facilmente deslocáveis, pois não exigem muitos requisitos para sua instalação, ou seja, têm um baixo nível de territorialização e um alto nível de fluidez internacional (apud. HAESBAERT, p 186).

Segundo Pochmann (2002), o processo de estruturação do mercado de trabalho no Brasil teve seu período inicial entre as décadas de 40 e 70. Nesse período houve elevada expansão dos empregos assalariados com registro formal em segmentos organizados e a redução da participação relativa das ocupações sem registro, o trabalho autônomo, e ainda a diminuição do desemprego, possibilitaram a incorporação da população economicamente ativa. Apesar de todos esses fatores,

não houve homogeneização do mercado de trabalho como nos Países desenvolvidos. Durante as décadas de 40 a 70, mesmo com a diminuição das taxas de desemprego, se observou no Brasil problemas típicos de economias subdesenvolvidas, ou seja, a informalidade, subemprego, baixos salários e desigualdades de rendimentos. Nos anos 80 o mercado de trabalho brasileiro começa a dar sinais de desestruturação. A economia brasileira percorre um longo caminho com a sua dívida externa, ajustes nas políticas macroeconômicas, fortes e rápidas oscilações econômicas e hiperinflação, e nesse contexto o País rompe com o período de estruturação do mercado de trabalho iniciado na década de 30. Na década de 80 os setores primários e secundários apresentam quedas nas contratações, enquanto o setor terciário sofre um inchaço, e as condições de trabalho tornam-se precárias. Os reflexos do desemprego em massa no Brasil, em todos os setores da economia, representam um reflexo da desestruturação do mercado de trabalho na década de 80. Em consequência disso, nos anos 90 a situação do desemprego no Brasil toma proporções mais alarmantes, de cada dez pessoas ocupadas apenas duas eram assalariadas, nesse período se observou um profundo desemprego sem carteira assinada, isso levou à subutilização da força de trabalho (POCHMAN, 2002. p, 67.70).

O setor bancário não ficou imune a esse processo. Foi profundamente afetado pelas reestruturações econômicas e pela implementação das novas tecnologias, assim como ficou atrelado aos novos sistemas de gestão, gerando uma massa de desempregados nas décadas de 80 e 90 até 2008.

## CAPÍTULO 2

### 2 – A reestruturação produtiva dos bancos brasileiros

A gestão do território sempre esteve arraigada ao poder do Estado. No entanto, com o domínio do capital e do poder emancipador das instituições financeiras que passam a gerir um grande volume financeiro, o centro do poder financeiro e político, do território, tem ficado a mercê da fluidez do capital, por corporações, multinacionais e multinacionalizadas, entre elas está o setor bancário.

Sobre o assunto, diz Corrêa (2004):

O processo de criação, apropriação e circulação do valor fundamental, mas não exclusivo, para a organização do espaço capitalista, passa necessariamente pela atividade bancária, cuja magnitude, tanto em termos monetários como espaciais, é uma medida do grau de desenvolvimento das atividades capitalistas (CORRÊA, 2004, p.62).

Os centros urbanos concentram efetivamente a prática bancária. É na cidade que se localizam as sedes bancárias comerciais, de investimento, companhias de arrendamento mercantil, enquanto outras, em regras menores, constituem locais onde estão às agências subordinadas à sede e filiais (CORRÊA, 2004, p.62).

O centro de decisões da atividade bancária exerce um papel de controle, maior ou menor, sobre as atividades econômicas das cidades subordinadas e de suas respectivas áreas de influência, tal como mostra, entre outros, (LABAS, 1958. LENIN, 1979. apud CORRÊA, 2004, p.62).

Os bancos exercem este poder através de diversos mecanismos. Entre eles está a captura de recursos por meio de depósitos vindos da poupança, através de empréstimos e cobranças de juros, vendas e controle de ações, esta com amplo poder de controle financeiro e do território, e por fim o desconto e cobrança vinculados às operações comerciais, bem como os serviços diversos que realizam, constituem outros mecanismos de controle sobre a criação, apropriação e circulação do valor em um dado território. É mediante a atividade bancária, naquilo que ela participa no processo de circulação, que também se viabiliza a divisão territorial do trabalho e a integração espacial de distintas unidades de áreas. É em todos estes sentidos que o centro de decisão, e suas agências de uma instituição bancária, exercem um papel de foco de gestão territorial. (CORRÊA, 2004, p.62).

Analisando o período de estruturação econômica do Brasil, no início da década de 30 até 2008, o Sistema Financeiro Nacional também se reestruturou nesse mesmo período, acompanhando e até mesmo alavancando mudanças significativas na implantação de novas tecnologias para gerirem territorialmente suas atividades (CORREA, 2004).

Observa-se que o processo de racionalização do trabalho bancário foi lento e gradual, sempre acompanhado de mudanças tecnológicas, organizacionais e concorrências, tendo em vista o aumento de rentabilidade e menor custo possível.

Com o poder centralizador do Estado e o desencadear do processo de industrialização nos anos 30, se preconizou o processo de expansão capitalista, fato que exigiu a configuração de um sistema de crédito mais avançado, possibilitando assim uma maior dinâmica na circulação de valores dentro do território nacional.

Na década de 40, a expansão do sistema bancário foi grande. Inicialmente através de pequenos bancos locais, muitos dos quais efêmeros, logo tendo sido absorvidos por outros e, posteriormente aos bancos de maior porte (FRAY, 1975. apud CORRÊA, 2004, p.63).

O fator fundamental para a expansão do sistema bancário foi a aceleração do sistema capitalista no Brasil. Os bancos se aproveitaram das elevadas taxas de juros e cobravam, dos tomadores de empréstimos, juros acima da inflação.

Por falta de opções de investimentos e visando manter os ativos líquidos necessários às suas atividades, as empresas e particulares aumentaram seus depósitos à vista. O aumento do volume dos depósitos remunerados com taxas de juros inferiores às da inflação, suscitou a ampliação espacial do sistema bancário brasileiro numa tentativa de captar o máximo de depósitos (PASSOS, 1973. apud CORRÊA, 2004, p.63).

A reforma financeira de (1964 a 1967) foi significativa para a expansão do sistema bancário no Brasil; nota-se que paulatinamente o número de bancos vai diminuindo e o número de agências aumentando. Segundo Corrêa (2004), a expansão se dá através dos bancos comerciais, que são poderosos conglomerados financeiros (CORRÊA, 2004, p.64).

Assim, se em 1941 cada banco controlava, em média, 2,2 agências, em 1961, passa a controlar 15,7. Em 1971, após a reforma financeira da década anterior, a média era de 52,9 agências por banco; em 1985 é de mais de 160 (CORRÊA, 2004, p.64).

Segundo Corrêa (2004), houve o desaparecimento dos pequenos bancos. Na Paraíba, existiam 42 sedes bancárias e apenas seis agências. Em 1985, havia apenas um único banco com sede em João Pessoa, que controlava 30 agências no interior.

Mesmo São Paulo, com 303 agências, possuía 93 bancos, estabelecendo-se uma relação de 3,3 agências por Banco. No Rio grande do Sul, havia 10,2 agências por banco para os 18 ali sediados.

Nesse período, com o desaparecimento dos pequenos bancos locais, surgiram os bancos regionais que depois passaram a atuar a nível nacional. Durante este processo nenhum banco possuía mais de 500 agências, nem mesmo o Banco do Brasil. Em 1985, havia vários grandes bancos de atuação nacional, com mais de 500 agências distribuídas por todo o País (CORRÊA, 2004, p.65).

Durante o período de crescimento do sistema bancário ainda na década de 60, a microeletrônica é inserida na rotina bancária, o que gera uma nova maneira de se realizar o trabalho rotineiro, impactando a produtividade dos bancos.

Já na década de 70, iniciou-se o predomínio dos ativos não monetários e se multiplicaram as instituições financeiras especializadas: bancos de investimentos, companhias de seguro, associações de poupanças e empréstimos, desencadeando um grande processo de expansão do setor bancário com o aumento da concentração de riquezas e o alastramento da especulação financeira (CORRÊA, 2004, p.65).

Sobre o assunto diz Haesbaert que:

O processo de desterritorialização foi favorecido pelo fim do sistema Brettonwoods, em meados dos anos 70 alterando o dólar ao padrão ouro, a desregulamentação dos mercados financeiros no final dos anos 1970 e 1980 e a introdução das tecnologias da informática, permitindo e acelerando as transações on-line num mercado 24 horas por dia. (HAESBAERT,2004, p. 190)

Ainda sobre o processo de expansão dos bancos em nível global, BENKO diz que:

De acordo com (BENKO,1994, p.53) a partir dos anos 70, assiste-se a internacionalização crescente das transações de capital comercial e do sistema organização do setor financeiro em seu conjunto. Essa evolução acarretou o aparecimento de uma rede mundial de centros financeiros, no seio dos quais a maioria das grandes empresas estão representadas, assim como a internacionalização mais intensa de capitais. Assim, desde os anos 70 uma verdadeira hierarquia se instalou entre as praças financeiras, cujas operações se tornaram mais e mais independentes do contexto nacional de sua economia.

Com as mudanças ocorridas na economia global a partir de 1970, a cidade de São Paulo surge com grande destaque, tornando-se o centro das decisões financeiras do País. Segundo Corrêa (2004), se em 1941 a cidade do Rio de Janeiro contava com 134 sedes de bancos e era o principal centro financeiro do País, em 1985, a metrópole paulistana se coloca em primeiro lugar, suplantando a metrópole carioca (CORRÊA, 2004, p.65).

A cidade de São Paulo se destaca devido ao fato de concentrar a sede dos maiores bancos privados brasileiros, que são núcleos de poderosos conglomerados financeiros, concentrando o maior número de sedes bancárias, e é o centro das tomadas de decisões. A cidade São Paulo funciona como centro efetivo de gestão e

faz o papel de intermediação internacional na fluidez do capital, tanto local quanto regional, nacional e internacional.

Segundo relatório do Banco Central a respeito da evolução dos bancos brasileiros de dezembro de 1988 a dezembro de 2000, a configuração do Sistema Financeiro Nacional (SFN), desempenha a partir de 1964 uma mudança de (visão) a partir da Resolução 1524, de 21.09.88. De um enfoque assentado na visão de um sistema financeiro formado por instituições especializadas, condicionadas pela regulamentação a praticarem uma faixa restrita de operações, tomou-se o rumo para outro tipo, mais perto do sistema constituído pelas chamadas “instituições universais”. Neste, as instituições, embora diferenciadas entre si na organização funcional e administrativa, na condução do negócio e na escala de operações, apresentam em comum o fato de, independentemente dessas diferenças, podem ser capazes de oferecer todos os serviços financeiros.

A partir de 1989, o sistema financeiro brasileiro passou por um processo de modificação de sua estruturação, que é considerado um marco na abertura do sistema financeiro brasileiro. Até 1989, vigorou na economia brasileira um quadro inflacionário, onde desde a década de 60 o Sistema Financeiro Nacional obteve êxito na implementação de inovações e no aproveitamento de oportunidades regulatórias, fato que permitiu a existência dos bancos, em um contexto que aparentemente hostil à atividade econômica e ao sistema, permitiu ainda acumular capital, desenvolver-se tecnologicamente e crescer, absorvendo parte considerável do imposto inflacionário gerado.

Em 1988, havia em funcionamento no País 104 bancos comerciais, após a legislação de setembro de 1988; já em 1994 o sistema financeiro nacional contava com 244 bancos.

Após o Plano Real, que foi implantado no segundo semestre de 1994, mudou completamente o cenário de atuação dos bancos no Brasil, levando o sistema a uma tendência de redução, processo inverso ao anterior. Do grupo de bancos que funcionava em dezembro de 1988, cerca de 40% não chegaram a 2000 e quase metade deles saiu do (SFN) Sistema Financeiro Nacional, por motivo de liquidação.

Entre os 60% dos bancos que conseguiram sobreviver, havia aqueles que tinham problemas e foram incorporados a outros bancos, onde a transferência de controle foi o meio mais utilizado para sanar o problema de funcionamento, inclusive com participação de capital externo na compra e venda dos ativos.

No período do Plano Real, houve a redução dos níveis inflacionários e maior abertura da economia. Isso exigiu o desenvolvimento de produtos e serviços ágeis, e revelou também a ineficiência da atuação de bancos. O sistema financeiro também foi afetado pela ineficiência de outros setores que se traduziram na incapacidade destes honrarem os empréstimos concedidos pelos bancos.

Segundo o relatório (BC 1988-2000), esses fatos conjugados com o desaparecimento dos ganhos inerentes ao processo inflacionário, até então apropriados pelo segmento financeiro, evidenciaram a fragilidade de algumas das suas instituições, as quais se mostraram incapazes de promover espontânea e

tempestivamente, os ajustes necessários para sua sobrevivência no ambiente econômico.

Com a mudança na legislação e dos processos de ajuste às condicionantes macroeconômicas, após o Plano Real, e do alinhamento à tendência mundial, com as fusões de empresas integrantes de diversos segmentos produtivos das modernas economias, além do monitoramento do Banco Central, buscou-se um sistema no qual prevalecesse um menor número de empresas, porém maiores, mais eficientes e sólidas.

Sendo assim, a redução das possibilidades de desequilíbrio estrutural ficou menor e possibilitou a inserção das instituições financeiras nacionais no mundo globalizado em melhores condições de competitividade. A partir de então o que se viu foi o claro domínio das instituições privadas, pois estas demonstraram maior flexibilidade para se adaptarem às condições de economia estável, modificando tecnologias e processos de produção de serviços.

Conforme (HARVEY, 1989. p. 181), na atual fase, contudo, o que importa não é tanto a concentração de poder em instituições financeiras quanto a explosão de novos instrumentos e mercados financeiros, associada à ascensão de sistemas altamente sofisticados de coordenação financeira em escala global.

Nessa etapa o corte de custos e o lançamento de novos produtos contribuíram para o processo de adaptação à nova fase do Sistema Financeiro Nacional. Os bancos estaduais e federais caminharam de forma mais lenta no processo de adaptação a nova fase dos bancos no País.

Houve também, após o Plano Real, a entrada do capital estrangeiro no sistema bancário, na tentativa de solucionar os problemas das instituições que ainda passavam por dificuldades. O que se buscou também foi criar condições para que fossem enfrentados os desafios do processo de internacionalização dos sistemas financeiros, traduzidos por crescimento contrário do fluxo de capitais entre as diferentes fronteiras que compõem o mundo globalizado.

## 2.1 – A reestruturação dos bancos brasileiros após 2000

Em dezembro de 2000, o número de bancos em funcionamento no Brasil era da ordem de 191, sendo 16 públicos, 104 bancos privados nacionais, 71 sobre controle estrangeiro e 13 filiais diretas de bancos estrangeiros. Durante o período que vai de 1988 a 2000, vários bancos federais e estaduais foram liquidados, inclusive o Banestado. No entanto, a maioria das sedes bancárias mantiveram suas sedes na cidade de São Paulo.

Para Grisci (2002), a configuração atual do sistema financeiro se deve a um processo de transformação que vem se intensificando nas últimas quatro décadas com a mudança do modo de acumulação capitalista agroexportador para uma estrutura produtiva de base industrial. O sistema financeiro nas últimas décadas vem sendo ajustado para as necessidades da nova organização industrial e para viabilizar o processo de acumulação capitalista.

Segundo Grisci (2002), com o processo de globalização, as desregulamentações, no âmbito das empresas, são colocadas em voga no sentido de aumentar a competitividade via inovações tecnológicas e organizacionais.

Neste contexto, o sistema bancário brasileiro sempre esteve na vanguarda; para Segnini (1988), o sistema financeiro brasileiro é um dos mais informatizados do mundo.

Nesse sentido Harvey (1989), ressalta que:

A atual estrutura desse sistema financeiro global alcançou tal grau de complexidade que ultrapassa a compreensão da maioria das pessoas. As fronteiras entre funções distintas com nações, corretoras serviços financeiros, financiamento habitacional, crédito ao consumidor etc. Tornaram-se cada vez mais próximas, ao mesmo tempo que novos mercados futuros de mercadorias de ações de moedas ou de dívidas surgiram em toda parte, introduzindo o tempo futuro no tempo presente de maneiras estarrecedoras. O uso de computadores e as comunicações eletrônicas acentuaram a significação da coordenação internacional instantânea de fluxos financeiros (HARVEY, 1989, p. 153).

Sendo assim as empresas de vários segmentos passaram por transformações significativas, no campo tecnológico, de gestão e em relação à competição que travam entre si, desencadeando investimentos elevados na busca de maior velocidade e flexibilidade, tornando-se indiferentes às restrições de tempo, de espaço e de moeda.

Quanto a isso, Harvey afirma que:

Hoje um comprador inglês pode obter uma hipoteca japonesa, um americano pode ter acesso à sua conta num banco em Nova York através de um caixa automático de Hong Kong, do mesmo modo que um investidor japonês pode comprar ações em um banco escandinavo baseado em Londres, cujas as ações são denominadas em libras esterlinas, dólares, marcos alemães e francos suíços.(HARVEY, 1989.p 154).

Se até 1996 havia uma expansão no número de trabalhadores e agências bancárias comandados pelas altas taxas inflacionárias, a partir de 1994, com o Plano Real, começa a reduzir o número de bancos. Segundo o (DIEESE, 2001, p 15), houve uma redução de 20% no total de bancos, de junho de 1994 a dezembro de 2000, passando de 246 para 197 instituições.

Com a reconstrução do Sistema Financeiro Brasileiro e a introdução cada vez mais acentuada das novas tecnologias no setor bancário, percebe-se a nítida diminuição das agências e o aumento dos (PAE) Posto de Atendimento Eletrônico. Se em 1994, o número de agências bancárias era 17.400, em 1998, esse número cai para 16.002. No mesmo período os (PAE) saltam de 3.446 para 7.719, evidenciando assim um acirramento na concorrência e na oferta de novos serviços.

○ relatório do Banco Central, que compreende o período de 2001 a 2008, evidencia que embora as agências bancárias sejam o principal tipo de ponto de atendimento, tanto em função da amplitude dos serviços prestados quanto ao livre acesso do público em geral, verifica-se, desde 2002, que o número de dependências dessa espécie cresce de forma menos acentuada que os postos de atendimento eletrônico.

Em 2001, o País contava com 16.841 agências bancárias e 14.923 postos de atendimento eletrônico. Ano após ano esse quadro foi se invertendo: ao final de 2008 o número de agências era da ordem de 19.142, ou seja, nesse período foram implantadas em todo o Brasil 2.301 agências. Em contrapartida, o número de (PAE) “Rede Individual”, ao final de 2008 era de 33.304 e os da “Rede Associada” 5.306; juntos eles somavam 38.709 postos de atendimento. Foram implantados nesse período 21.961 postos de atendimento eletrônico o que representou um crescimento de 234,19%. O crescimento das agências bancárias representou 13,66% no período. (Tabela 1).

Essa tendência já era esperada, em virtude da evolução tecnológica induzida pela necessidade de redução de custos por parte das instituições, o que acarretou profunda racionalização dos procedimentos operacionais das instituições financeiras, sem, contudo, implicar prejuízos para a qualidade dos serviços prestados à população. Explicam, também, essa diminuição no crescimento de agências, os processos de reorganização implementados pelos bancos de grande rede, em decorrência das aquisições levadas a efeito nos últimos anos.

Tabela 1 - Número de agência e postos de atendimento eletrônicos implantados no Brasil no período de 2001 a 2008.

<b>Ano</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
<b>Agência</b>	16.841	17.049	16.829	17.260	17.627	18.027	18.572	19.142
<b>PAB</b>	7.318	7.108	6.845	6.687	6.791	6.599	6.709	6.750
<b>PAE - Rede individual</b>	14.923	20.374	22.151	22.843	27.376	29.575	30.796	33.403
<b>PAE - Rede Associada</b>	1.825	2.081	2.216	2.752	2.736	3.201	3.873	5.306
<b>Total de PAE</b>	16.748	22.455	24.367	25.595	30.112	32.776	34.669	38.709

Fonte. Febraba, Banco Central. Elaboração: Agnaldo Martins de Souza.

## 2.2 – A hegemonia bancária da cidade de São Paulo em relação às capitais, os Estados e às regiões brasileiras

De acordo com Santos e Laura (2001), em 1962, o mapa financeiro do Brasil era mais concentrado. O Sudeste e o Sul, com respectivamente, 3.665 e 1.101 agências, representavam juntos 85,7% do total nacional. Essa proporção cai para 81,3% dez anos mais tarde, e para 72,1%, em 1996. Paralelamente, aumentava a importância do Centro-Oeste, que passou de cerca de 4% do total nacional para 8,9%, em 1996, e, também, a financeirização do Nordeste 9,1% do total nacional, em 1962, e 15,2%, em 1996. A participação da região Norte sobe de 1,3% do total de agências bancárias do Brasil, em 1962, para 3,9%, em 1996.

A participação do Estado de São Paulo teve uma leve queda nesse longo período, pois passou de 36,3% do total nacional para 29,9%, em 1996. É a expansão do sistema bancário que, todavia, mantém o seu centro hierárquico. Nenhum Estado atingiu em 1996, a quantidade de agências bancárias que São Paulo, sozinho, tinha antes (2.019). De igual modo, em 1996, nenhuma das grandes regiões (Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte) superava o número de agências presentes num único Estado, São Paulo (4.856 agências).

Em 2000, o total de agências bancárias no País era de 16.396 agências, sendo que o Estado de São Paulo contava com 5.320 agências, das quais 1.885 se encontravam na capital. (Tabela 2). Segundo o Banco Central do Brasil, em 2001 o número de agências bancárias no Estado de São Paulo era de 5.545, sendo que

1.982 delas se localizavam na cidade de São Paulo e 3.497 estavam distribuídas em 645 municípios do Estado. No mesmo ano, Minas Gerais tinha 1.848 agências, o Rio de Janeiro 1.650, Paraná, 1274, e o Rio Grande do Sul contava com 1.354 agências. (Tabela 3).

No ano de 2001, o total de agências bancárias espalhadas pelo Brasil somavam 16.841, em 2008, elas eram 19.142 agências em todo o País. O Estado de São Paulo nesse período, continuou hegemônico no número de agências. Em dezembro de 2008, era de 6.343 agências bancárias distribuídas nos 645 municípios do Estado de São Paulo representava , sendo que dessas 2.338 se localizavam na cidade de São Paulo.

No período analisado, segundo relatório do Banco Central (2000 a 2008), houve um crescimento de 17,04% no total de agências implantadas no Estado de São Paulo, sendo 453 na capital e 454 no interior, totalizando 907 agências. Em 2000 era de 1.121 agências, na cidade do Rio de Janeiro, 412, em Belo Horizonte. Fica evidente a hegemonia da cidade de São Paulo na tomada de decisões e na gestão do território nacional. Tabela 2.

Tabela 2-Número de agências bancárias na capital e interior do Estado de São Paulo, no período de 2000 a 2008.

<b>Ano</b>	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Estado</b>	5.320	5.545	5.538	5.495	5.549	5.704	5.915	6.087	6.343
<b>Capital</b>	1.885	1.982	1.997	1.997	2.208	2.056	2.166	2.212	2.338
<b>Interior</b>	3.435	3.497	3.556	3.489	3.541	3.648	3.748	3.789	4.005

Fonte. Banco Central FEBRABAN. Elaboração: Agnaldo Martins de Souza.

Tabela 3-Número de agências bancárias nas Regiões NE, N, S, CO e nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais no período de 2000 a 2008.

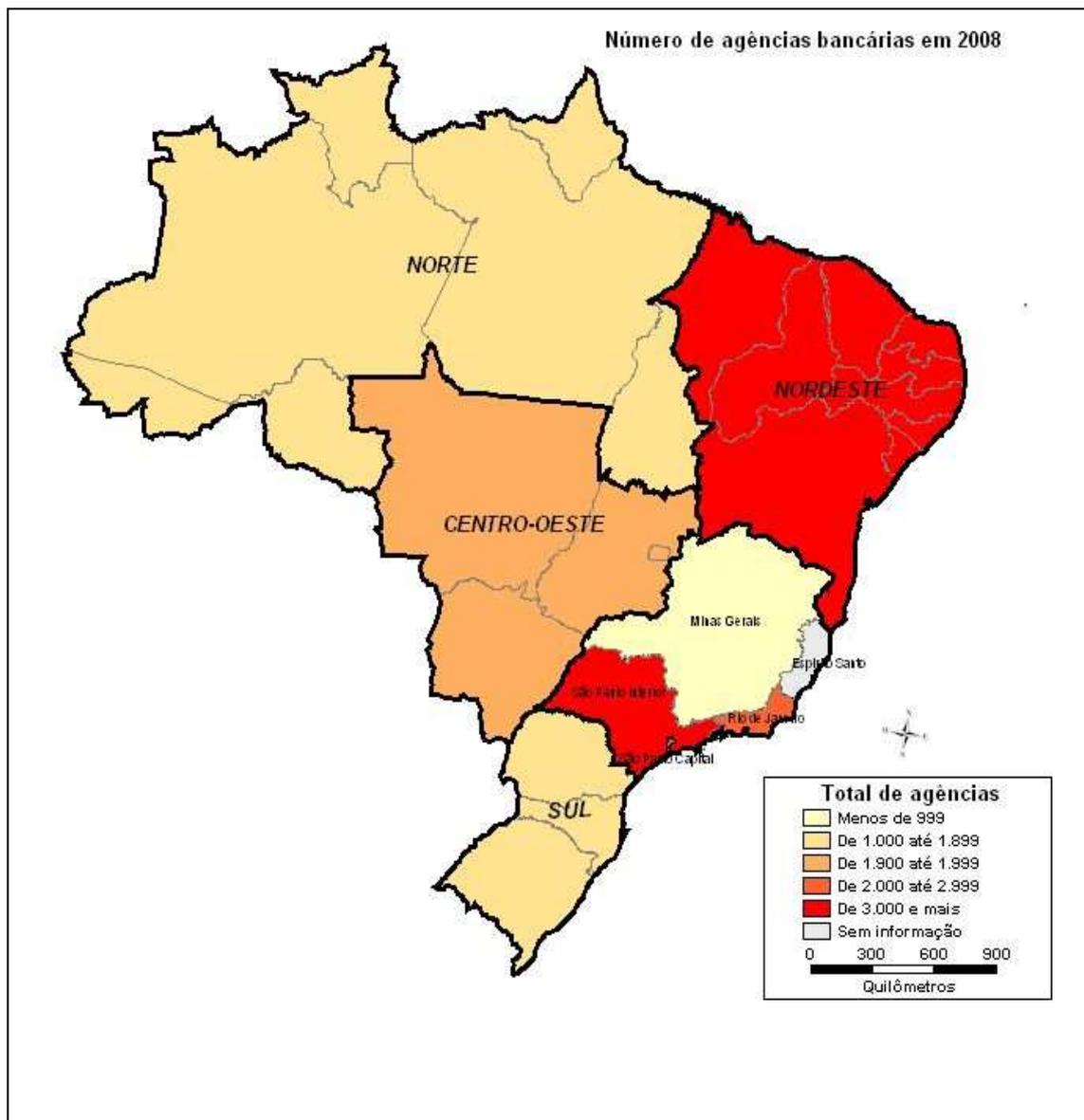
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Região</b>									
<b>Nordeste</b>	2.237	2.369	2.396	2.336	2.494	2.357	2.556	2.621	2.649
<b>Sul</b>	3.376	3.423	3.450	3.409	3.448	3.554	3.611	3.677	3.760
<b>Centro-Oeste</b>	1.149	1.223	1.262	1.266	1.303	1.328	1.353	1.384	1.405
<b>Norte</b>	557	562	580	583	644	672	704	724	770
<b>Estados</b>									
<b>Rio de Janeiro</b>	1.565	1.650	1.665	1.626	1.627	1.659	1.709	1.762	1.824
<b>Minas Gerais</b>	1.774	1.848	1.851	1.809	1.834	1.829	1.860	1.900	1.930

Fonte Banco Central, FEBRABAN. Elaboração: Agnaldo Martins de Souza.

Em 2000, a cidade de São Paulo contava com 1.885 agências, 35,33%, e o interior do Estado com 3.435 agências, o que representava 64,56%. No ano de 2008, a capital tinha 2.338 agências, 36,86%, e o interior, 4.005 agências, 63,14%. Constata-se que houve um aumento do número de agências na capital e uma redução no interior do Estado. Tabela 3.A Região Nordeste, em 2000 contava com 2.237 agências, em 2008 já era 2.649, um aumento no período de 412 agências, 18,41%. A região Sul, em 2001 contava com 3.337 agências, em 2008, 3.760; houve um crescimento de 13,37% e o surgimento de 384 novas agências. O Centro-Oeste, em 2000 contava com 1.149 agências; em 2008, 1.405; surgiram no período 256 agências, um crescimento de 22,28%. A Região Norte em 2000, contava com 557 agências, em 2008, 770, um crescimento de 38,24%. Foram implantadas 213 agências. O Estado do Rio de Janeiro, em 2000, possuía 1.565 agências, em 2008 esse número passou para 1.824, um crescimento de 16,55% e o surgimento de 259

novas agências. Minas Gerais em 2000 tinha 1.774 agências, em 2008, 1.930, surgiram 156 novas agências o que significou um crescimento de 8,8% no período.

Mapa 1 – Número de agências bancárias nas Regiões Brasileiras em 2008.



Fonte Banco Central, FEBRABAN. IBGE. Elaboração. Agnaldo Martins de Souza.

Segundo (CLAVAL, 1995, p.407) as atividades de impulsão, concepção e controle têm tendência a se localizar onde se pode desfrutar de uma melhor acessibilidade em relação ao conjunto da economia mundial: é o caso das cidades grandes ligadas a outras cidades de mesmo porte.

Comparando a hegemonia da cidade de São Paulo em relação às demais regiões, conforme a tabela 3 percebe-se que apenas a Região Sul e a Região Nordeste superam a capital do Estado de São Paulo em número de agências. Se comparado o número de agências do interior do Estado de São Paulo com a Região Sul, o número de agências bancárias no interior do Estado de São Paulo é maior.

No período analisado fica evidente a supremacia do Estado de São Paulo no total de agências bancárias em relação às demais regiões do País e aos Estados da Região Sudeste, entre eles os Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, os dois mais expressivos depois de São Paulo. Mapa 1.

Levando-se em consideração o total de agências bancárias que surgiram no período entre 2000 e 2008, nenhuma região brasileira ou os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, superaram o número de agências implantadas no interior do Estado de São Paulo, 454, um crescimento de 13,22%, e 453 na cidade de São Paulo, 24,03%. Tabela 3.

## Segundo Santos:

A cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa acolher muitos outros. É assim que se forma a sua individualidade. O movimento do espaço é resultante desse movimento dos lugares. Visto pela ótica do espaço como um todo, esse movimento dos lugares é discreto, heterogêneo e conjunto, “desigual e combinado”. Não é um movimento unidirecional. Pois os lugares assim constituídos passam a condicionar a própria divisão do trabalho, um resultado e uma condição, senão um fator. Mas é a divisão do trabalho que tem a precedência casula, na medida em que é ela a portadora das forças de transformação, conduzidas por ações ou renovadas, e encaixadas em objetos recentes ou antigos, que tornam possíveis (SANTOS, 1996, p.133).

Para Santos (1996), o dinheiro é um grande denominador comum, em que os bancos no processo de globalização incorporaram e unificaram a mais valia, a partir das suas mais diversas manifestações, e independentemente do nível. Todos os tipos de rendas são processados pelo sistema financeiro, que tem a função de recolher, qualificar e classificar o que para os bancos é financeiro, de acordo com a sua interpretação da lei de valor e afinal, através de reinvenções, relocalizar o produto ao seu gosto.

Santos (1996), afirma que pela ação dos bancos hoje, eles se tornaram um importante fator geográfico, graças à sua intervenção sobre a divisão do trabalho. Mas os instrumentos financeiros, quando em grande número espalhados pelo País, não são os mesmos em todos os lugares.

De acordo com Santos:

O dinheiro parece, nos diversos lugares e tipos. A moeda nacional é a forma mais simples, mais banal, mais generalizada. É a forma por excelência umbíqua do dinheiro. Raro é hoje o lugar, em todo o mundo, onde não há circulação do dinheiro em sua forma de moeda nacional. Mas o dinheiro pode circular de outras formas, como a moeda estrangeira, cheque, cartão de crédito, local, nacional, internacional, duplicatas, notas promissórias, bônus, ações, obrigações, debêntures, warrants, aplicações, fundos, certificados e tantos outros produtos. Aliás, uma das formas superiores da inteligência financeira é, atualmente a capacidade de inventar novos produtos (SANTOS, 1996, p.134).

No entender de Santos (1996, p.134), dentre a multiplicidade de formas que o dinheiro assume, estão a descrição e a seletividade de sua repartição geográfica, pois os lugares se distinguem em razão dos tipos de dinheiro neles existentes e circulantes. Dessa maneira, terá lugar onde existirão todas as formas de dinheiro combinadas sobre determinadas áreas do território; no entanto, existirão áreas rarefeitas quanto à circulação financeira.

Ainda sobre o assunto Santos diz que:

Quando se analisa o mapa do sistema bancário brasileiro fica evidente as áreas de alta densidade financeira onde prevalece a multiplicidade na circulação do dinheiro da atividade bancária, principalmente nas capitais do Sul e do Sudeste. Fica evidente também as áreas de circulação rarefeita das formas de dinheiro. Isso se reflete na menor concentração de agências bancárias nos estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste ( SANTOS,1996. p.135).

Conforme Santos (1996 ), o acesso físico a qualquer instrumento financeiro vai depender do lugar em que se encontra. Em um país, um só lugar, ou alguns poucos lugares possibilitam a utilização de todas as formas financeiras possíveis. Já entre os Países, essa diferença de acesso aos instrumentos financeiros também se evidencia. O mesmo acontece entre os Estados e as cidades.

Esse raciocínio, aliás, é válido para os outros dados da vida econômica e social, pois todos são sujeitos à divisão territorial do trabalho. Essa divisão territorial do trabalho cria uma nova hierarquia entre lugares, e segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir das pessoas, firmas e instituições. (Santos, 1996).

Segundo dados do (IPEA, 2009, p.12), em 2006, as 26 capitais brasileiras mais o DF (Distrito Federal), respondiam por 33,9% do total de agências bancárias existentes em todo o País; isso não significa que todas as capitais estão dotadas de todos os instrumentos financeiros.

Conforme relatório do Banco Central, (2008), em dezembro de 2008, as 26 capitais brasileiras mais o Distrito Federal, concentravam 34,34% das agências bancárias de todo o País, ou seja, vinte e sete cidades possuíam 6.573 agências bancárias. Tabela 4.

De acordo com o relatório do (Banco Central de Atendimento Bancário do País - Dependências, 2008), dos 5.580 municípios brasileiros, 2.199 municípios não possuem nem agência bancária nem PAB (Posto de Atendimento Bancário), sendo assim, 65,66% das agências bancárias brasileiras estão distribuídas em 3.354 municípios, ou seja, 12.569 agências. Analisando a distribuição das agências bancárias no Brasil, conforme a tabela 4 e 5, e o mapa 1 p. 40, ficam evidentes as áreas de alta densidade financeira, ou seja, de concentração de agências bancárias. A região Sudeste, com exceção do Estado do Espírito Santo que apresenta uma baixa densidade financeira, tem o Estado de São Paulo com 33,20%, Minas Gérias, 10,11%, Rio de Janeiro, 9,54%, e os Estados da região Sul, Rio Grande do Sul, 7,97%, Paraná, 6,91% e Santa Catarina, 4,78% que demonstram uma alta densidade financeira.

Observando a distribuição das agências bancárias das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no conjunto percebe-se claramente as áreas rarefeitas de circulação do dinheiro, o que evidencia o pequeno número de agências bancárias distribuídas pelos Estados e municípios destas regiões.

Tabela 4. Número de agências bancárias nas capitais e no interior dos Estados.

UF	Nº de municípios	Total de Agências Nos Estados	Capitais	Total de Agências Nas Capitais	Percentual de Agências Nas Capitais	Total de AG. Nos Demais Municípios	Percentual de Agências Nos Demais Municípios de
<b>Distrito Federal</b>	17	336	Brasília	238	70,83%	98	29,17%
<b>Goiás</b>	246	586	Goiânia	183	31,23%	403	68,77%
<b>Mato Grosso</b>	141	266	Cuiabá	70	26,32%	196	73,68%
<b>Mato Grosso do Sul</b>	78	242	Campo Grande	88	36,36%	154	63,64%
<b>Rio Grande do Sul</b>	496	1.523	Porto Alegre	336	22,06%	1.187	77,94%
<b>Santa Catarina</b>	293	915	Florianópolis	88	9,62%	827	90,38%
<b>Paraná</b>	399	1.322	Curitiba	344	26,02%	978	73,98%
<b>São Paulo</b>	645	6.343	São Paulo	2.338	36,86%	4.005	63,14%
<b>Rio de Janeiro</b>	92	1.824	Rio de Janeiro	1.111	60,91%	713	39,09%
<b>Espírito Santo</b>	78	386	Vitória	89	23,06%	297	76,94%
<b>Minas Gerais</b>	853	1.933	Belo Horizonte	410	21,21%	1.523	78,79%
<b>Bahia</b>	417	800	Salvador	237	29,62%	563	70,38%
<b>Sergipe</b>	75	168	Aracaju	60	35,71%	108	64,29%
<b>Alagoas</b>	102	134	Maceió	62	46,27%	72	53,73%
<b>Pernambuco</b>	185	507	Recife	197	38,86%	310	61,14%
<b>Paraíba</b>	223	186	João Pessoa	65	34,95%	121	65,05%
<b>Rio Grande do Norte</b>	167	157	Natal	70	44,59%	87	55,41%
<b>Ceará</b>	184	388	Fortaleza	166	42,78%	222	57,22%
<b>Piauí</b>	223	128	Teresina	45	35,16%	83	64,84%
<b>Maranhão</b>	217	241	São Luiz	68	28,21%	173	71,79%
<b>Tocantins</b>	139	92	Palmas	23	25,00%	69	75,00%
<b>Amapá</b>	16	33	Macapá	23	69,70%	10	30,30%
<b>Pará</b>	143	320	Belém	102	31,87%	218	68,13%
<b>Roraima</b>	15	20	Boa Vista	16	80,00%	4	20,00%
<b>Amazonas</b>	62	159	Manaus	101	63,52%	58	36,48%
<b>Acre</b>	22	37	Rio Branco	19	51,35%	18	48,65%
<b>Rondônia</b>	52	96	Porto Velho	24	25,00%	72	75,00%
<b>Total</b>	5.558	19.142	Total	6.573	34,34%	12.569	65,66%

Fonte: Banco Central. Elaboração: Agnaldo Martins de Souza.

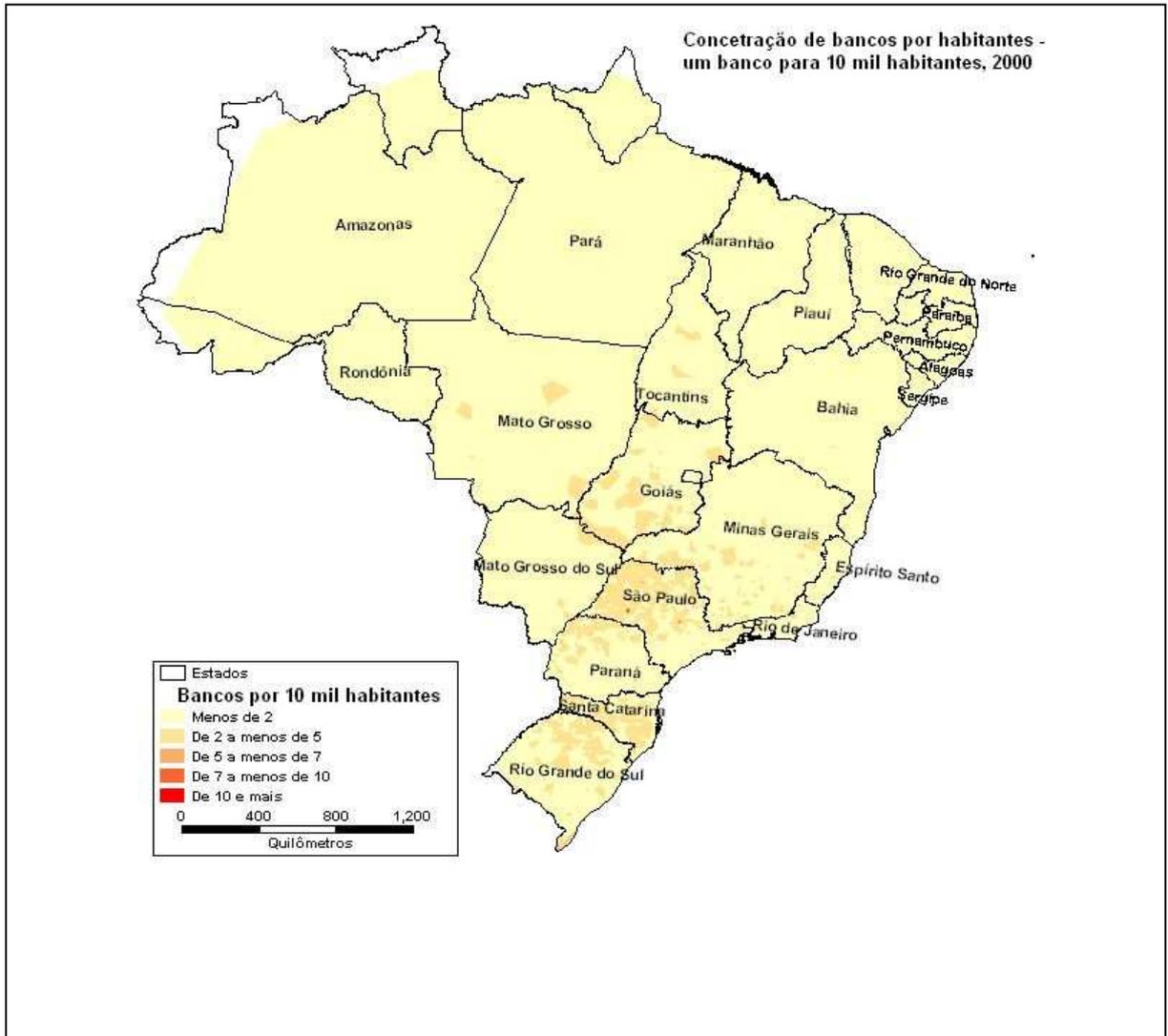
Tabela 5. Total de agências bancárias nos Estados, e o número de habitantes.

UF	Nº de municípios	Total de Agências	Representação em % do total de agências	População	Número de habitantes por agência bancária
<b>Acre</b>	22	37	0,19%	655 385	17.713
<b>Alagoas</b>	102	134	0,70%	3 037 103	22.665
<b>Amapá</b>	16	33	0,17%	587 311	17.797
<b>Amazonas</b>	62	159	0,83%	3 221 939	20.263
<b>Bahia</b>	417	800	4,18%	14 080 654	17.600
<b>Ceará</b>	184	388	2,03%	8 185 286	21.096
<b>Distrito Federal</b>	17	336	1,74%	2 455 903	7.309
<b>Espírito Santo</b>	78	386	2,03%	3 351 669	8.683
<b>Goiás</b>	246	586	3,00%	5 647 035	9.636
<b>Maranhão</b>	217	241	1,26%	6 118 995	25.390
<b>Mato Grosso</b>	141	266	1,39%	2 854 642	10.732
<b>Mato Grosso do Sul</b>	78	242	1,26%	2 265 274	9.360
<b>Minas Gerais</b>	853	1.933	10,11%	19 273 506	9.670
<b>Pará</b>	143	320	1,67%	7 065 573	22.080
<b>Paraíba</b>	223	186	0,97%	3 641 395	19.577
<b>Paraná</b>	399	1.322	6,91%	10 284 503	7.780
<b>Pernambuco</b>	185	507	2,65%	8 485 386	16.736
<b>Piauí</b>	223	128	0,66%	3 032 421	23.690
<b>Rio de Janeiro</b>	92	1.824	9,54%	15 420 375	8.454
<b>Rio Grande do Norte</b>	167	157	0,82%	3 013 740	19.196
<b>Rio Grande do Sul</b>	496	1.523	7,97%	10 582 840	6.914
<b>Rondônia</b>	52	96	0,50%	1 453 756	15.144
<b>Roraima</b>	15	20	0,10%	395 725	19.786
<b>Santa Catarina</b>	293	915	4,78%	5 866 252	6.411
<b>São Paulo</b>	645	6.343	33,20%	39 827 570	6.279
<b>Sergipe</b>	75	168	0,87%	1 939 426	11.544
<b>Tocantins</b>	139	92	0,48%	1 243 627	13.517
<b>Total</b>	5558	19105		183 987 291	9.603

Fonte: IBGE, FEBRABAN, Banco Central. Elaboração: Agnaldo Martins de Souza.

De acordo com o (IPEA 2009, p.9), a presença física dos bancos em relação à população no território nacional apresentou importante diminuição. Até a década de 1980, havia para cada agência, média de 8 mil brasileiros. A partir de 1990, a relação de agência, por brasileiros subiu para mais de 10 mil. Mapa 2.

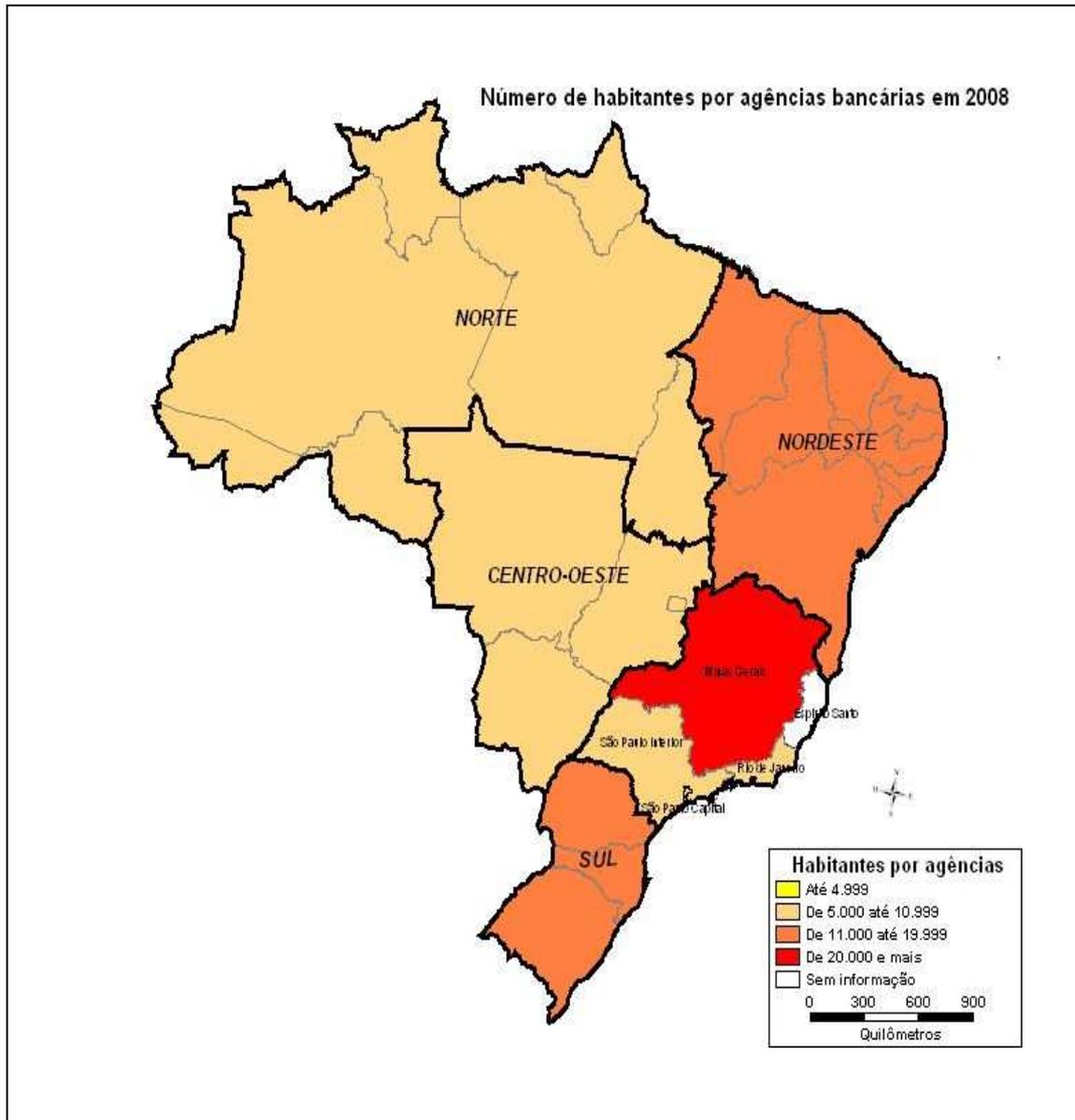
Mapa 2- Concentração de bancos por habitantes – um banco para 10 mil habitantes em 2000.



Fonte Banco Central, FEBRABAN. IBGE. Elaboração. Agnaldo Martins de Souza.

Em 2008, a relação de habitantes por agência bancária era de 9.603 habitantes por agência, ou seja, menos agências em relação às décadas de 1980, 1990, e 2000. Mapa 3.

Mapa 3- Número de habitantes por agência bancária em 2008.



Fonte Banco Central, FEBRABAN. IBGE. Elaboração. Agnaldo Martins de Souza.

Analisando a distribuição das agências bancárias no Brasil, conforme a tabela 4 e 5, ficam evidentes as áreas de alta densidade financeira, ou seja, de concentração de agências bancárias. A região Sudeste, com exceção do Estado do Espírito Santo que apresenta uma baixa densidade financeira, tem o Estado de São Paulo com 33,20%, Minas Gérias, 10,11%, Rio de Janeiro, 9,54%, e os Estados da região Sul, Rio Grande do Sul, 7,97%, Paraná, 6,91% e Santa Catarina, 4,78% que demonstram uma alta densidade financeira.

Observando a distribuição das agências bancárias das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no conjunto se percebe claramente as áreas rarefeitas de circulação do dinheiro, o que evidencia o pequeno número de agências bancárias distribuídas pelos Estados e municípios destas regiões.

É importante lembrar que, mesmo nos Estados das regiões Sul e Sudeste existem áreas de baixa densidade financeira, ou seja, não contam com nenhuma agência bancária. No caso do Estado de São Paulo, dos 645 municípios existentes, 50 não possuem agências e 184 municípios com apenas uma agência. O Rio de Janeiro com 92 municípios, um não possui agência, e apresenta 8 municípios com apenas uma agência bancária. Minas Gerais com 853 municípios, 332 não possuem nenhuma agência bancária, e 284 municípios têm apenas uma agência.

Dos 496 municípios do Rio Grande do Sul, 171 não possuem agências bancárias, e 100 têm apenas uma agência bancária. O Paraná com 399 municípios, 120 não possuem agências bancárias, e 86 municípios têm apenas uma agência bancária. Santa Catarina possui 293 municípios, dos quais 15 não possuem agências bancárias e 71 com apenas uma agência bancária.

Segundo dados do IBGE (2007), o Estado de São Paulo contava com 39.827.570 habitantes, e concentrava 33,20% das agências bancárias do País, 6.343. Sendo que em 2008, 36,88% dessas agências se encontravam na capital, 2.338 e 63,14% agências no interior do Estado.

## 2.3 A globalização do sistema financeiro

Segundo Grisci (2002), a atual conjuntura mundial é marcada por uma gama de transformações que afetam a economia e as sociedades. Com o domínio do capital financeiro e a velocidade que o mesmo adquire nas mais variadas partes do planeta, os mercados foram se adaptando ao novo cenário do capital, com o acirramento cada vez mais evidente em busca dos lucros. Essa nova integração econômica entre os mercados via fluidez do capital gera uma nova divisão internacional do trabalho.

De acordo com (BENKO, 1994, p.53) a partir dos anos 70, assiste-se à internacionalização crescente das transações de capital comercial e do sistema organizacional do setor financeiro em seu conjunto. Essa evolução acarretou o aparecimento de uma rede mundial de centros financeiros, no seio dos quais a maioria das grandes empresas estão representadas, assim como a internacionalização mais intensa de capitais. Assim, desde os anos 70 se instalou uma verdadeira hierarquia entre as praças financeiras, cujas operações se tornaram mais e mais independentes do contexto nacional de sua economia

Com o advento da informatização do sistema bancário e a fluidez volátil do capital financeiro, há uma nova espacialização do capital e da hegemonia que o mesmo exerce sobre o território, seja ele local, regional, nacional ou mundial. Passa então a existir uma única rede interligada on-line onde o capital circula a velocidades nunca antes vista (GRISCI, 2002).

A mundialização da economia modifica profundamente a organização do espaço: os Países se aproximam e o volume dos fluxos de informação que transitam por cabos ou por satélites crescem mais depressa do que a produção do comércio mundial (CLAVAL, 1995).

Na rota desta rede mundial, o Brasil não ficou para trás, e quase na mesma velocidade da Europa e Estados Unidos aderiu e inovou, ano após ano, no processo de automação do sistema bancário (GRISCI, 2002).

O processo de automação do sistema bancário brasileiro tem início no final da década de 60, com a implantação dos “Centros de Processamento de Dados” (CPDS); essa medida tornou o serviço mais rápido e eficaz. Durante a década de 70, este processo continuou, mas é a partir da década de 80 que os sistemas automatizados se estenderam ao público; este processo é iniciado pelos bancos privados e no final da década pelos bancos públicos (Blass, 1993).

É importante ressaltar que é justamente nesta fase que o processo inflacionário no Brasil se eleva. Os bancos nesse período conseguem lucros exorbitantes no processo, acumulando assim capital suficiente para se equiparem em nível de informatização aos bancos americanos e europeus. A partir do final da década de 80, generalizam-se no País as agências on-line, os bancos eletrônicos e os bancos 24 horas (ARAUJO, 2001).

Segundo dados da FEBRABAN, em 1994, os investimentos em tecnologia nesse ano atingiram 4,1 bilhões de reais; em 1995, esse número caiu para 1 bilhão de reais. A acentuada queda ocorrida no período de 1994 a 1995, se deu em razão

da implantação do Plano Real, que interrompeu o período inflacionário que perdurava a décadas no País.

Após o Plano Real houve a fusão de vários bancos e a entrada dos bancos estrangeiros que implementaram novas ações de gestão. A que se dá nos investimentos e automação. Não significou a estagnação do setor, mas sim a implementação de novas estratégias de captação de recursos e forma de agir. Na estratégia de adquirir um grande número de novos clientes, os bancos adotaram a estratégia de cultivar os clientes, ou seja, segundo a lógica da qualidade, cujo objetivo passou a ser o da captação do maior volume possível de recursos.

A partir dessas medidas, os bancários passaram a ser polivalentes, tornaram-se também vendedores de diversos produtos, tais como títulos de capitalização, cartões de créditos e seguros. A atenção se voltou para clientes médios e grandes, potencialmente investidores. Na busca de uma maior produtividade do trabalho, o conceito de qualidade total, o trabalho em equipe e as metas de desempenho passaram a fazer parte da rotina dos bancários. Os investimentos em formação e treinamento de funcionários, ainda menos vultosos, tiveram um aumento de 100% entre 1993 e 1996 (FEBRABAN, 1994 LARANJEIRA, 1997).

Segundo Grisci (2002), a reestruturação produtiva do trabalho bancário no Brasil pode ser analisada em duas etapas: a reestruturação para dentro (reorganização interna) e a reestruturação para fora (entre empresas), (DIESSE 2001).

A partir da segunda metade da década de 80, o processo de reestruturação para dentro se acentua. O governo federal, visando o ajuste da economia, criou condições para que houvesse a queda da inflação, que atingia patamares próximos a 25% e caiu para cerca de 1%. Diante da queda da inflação e dos investimentos financeiros, os bancos, principalmente os privados de varejo, começaram a se adequar para sobreviver em um ambiente econômico sem inflação.

A reestruturação em curso nesse momento engloba desde a incorporação de novas tecnologias até o processo de demissões em massa, consequência lógica da inserção das novas tecnologias e das mudanças estruturais em curso na economia do País; o mesmo aconteceu com os bancos públicos através dos Programas de Demissão Voluntária, (PDV), (DIESSE, 2001).

De acordo com Grisci (2002), o ajuste para fora no sistema bancário brasileiro, coincide com o Plano Real, que é implementado a partir de julho de 1994. Essa etapa se deu principalmente através de processos que envolveram a transferência do controle acionário, intervenção e liquidação de instituições bancárias por parte do Banco Central, além da incorporação por outras instituições financeiras.

## 2.4 – Os reflexos das fusões bancárias, a implantação das novas tecnologias e as formas de gestão bancária.

Para Laranjeira (1997), um dos resultados desse processo se evidencia nas significativas dispensas de pessoal. Tabela 6.

A redução do número de bancários no período de 1990 a 1999 foi de 430.730. Foram demitidos cerca de 58,82% dos funcionários empregados no sistema bancário brasileiro, passando de 732.217 para 392.869 bancários empregados.

Tabela 6. Número de bancários entre 1986 e 2007 em todo o Brasil.

<b>Ano</b>	<b>Número de bancários</b>	<b>Varição absoluta</b>	<b>Varição relativa</b>
<b>1986</b>	764.923	*	*
<b>1897</b>	739.170	-25.753	-3,37%
<b>1988</b>	775.242	36.072	4,88%
<b>1989</b>	800.780	25.538	3,29%
<b>1990</b>	732.217	-68.563	-8,56%
<b>1991</b>	679.931	-52.286	-7,14%
<b>1992</b>	632.392	-47.539	-6,99%
<b>1993</b>	655.211	22.819	3,61%
<b>1994</b>	571.252	-83.959	-12,81%
<b>1995</b>	558.692	-12.560	-2,20%
<b>1996</b>	483.165	-75.527	-13,52%
<b>1997</b>	446.830	-36.335	-7,52%
<b>1998</b>	426.442	-20.388	-4,56%
<b>1999</b>	392.869	-33.573	-7,87%
<b>2000</b>	402.425	9.556	2,43%
<b>2001</b>	393.140	-9.285	-2,31%
<b>2002</b>	398.098	4.958	1,26%
<b>2003</b>	399.183	1.085	0,27%
<b>2004</b>	405.073	5.890	1,48%
<b>2005</b>	420.036	14.963	3,69%
<b>2006</b>	422.219	2.183	0,52%
<b>2007</b>	454.828	23.609	5,59%

Fonte. Relatório da Administração do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região.

Elaboração: DIEESE Subseção SESE/ Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região (2008).

Entre os anos de 2000 e 2007 houve um aumento de cerca de 13,22% nas contratações, foram admitidos 52. 959 funcionários. Ao final de 2007 em todo o Brasil o número era de 454.828 bancários ocupados. Tabela 6.

Analisando a tabela 6, observa-se que entre 2002 a 2007 há uma retomada nas contratações. Em 2002, o total de agências em todo o Brasil era de 17.049, em

2007, 18.572, (Tabela 6); isso significa que houve um aumento de 1.523 agências, sendo que em 2007 foi o ano de maior contratação, 23.609 bancários em todo o Brasil.

Tanto o processo de reestruturação dos bancos como a informatização do setor foram determinantes na mudança de rumo do setor financeiro do País. Os bancos foram obrigados a realizar uma reengenharia na natureza dos seus produtos, atividades internas, dos mercados e da reorganização do trabalho.

O setor ganha significação em nível mundial, na medida em que montantes de capital superiores às necessidades da indústria e do comércio são diariamente negociados nos principais mercados cambiais do mundo, criando o que alguns chamam de “economia simbólica” referindo-se à redução de importância econômica da existência concreta de bens e serviços (EBOLI 1995, LARANJEIRA, 1997).

Se por um lado os bancos adquiriram mais importância em nível mundial, o processo de desregulamentação ocorridos em todo o mundo cria concorrentes, o que permite a empresas não bancárias operarem no mercado de capitais, retirando dos bancos o monopólio das operações de crédito. Ao examinar a questão da reestruturação produtiva do setor bancário, é importante considerar a existência de diferentes concepções dos processos do trabalho, o que, às vezes, resulta em estratégias opostas, como bem ilustram exemplos internacionais.

Tanto nos Estados Unidos como na Grã-Bretanha, a reestruturação nos bancos enfatiza a aquisição de clientes, oferecendo as menores taxas de serviços com o objetivo de atrair mais clientes. Essa estratégia se reflete na organização

do trabalho. As tarefas são segmentadas, as contratações são em tempo parcial. Como o trabalho é segmentado e exige poucas habilidades por parte dos funcionários, o nível de escolaridade também é baixo, assim como a formação e treinamento.

Na década de 90, tanto os bancos americanos como os britânicos contratavam funcionários em tempo parcial, o que não despertava interesse nos planos de carreira. A opção de contratar funcionários em tempo parcial visava à contenção de gastos, sendo assim o treinamento não era visto como um investimento e sim uma despesa, Laranjeira (1997). Na década de 80 e até a metade da década de 90, os bancos brasileiros também optavam por esse sistema de contratação e estratégia de aquisição de novos clientes.

Segundo Laranjeira (1997), os sistemas bancários francês e alemão optaram pela estratégia do cultivo de clientes com altos investimentos em capital humano, visando à consolidação de um serviço personalizado, onde há o estreitamento de relação entre o cliente e o funcionário. A estratégia de cultivar os clientes requer uma maior qualificação dos funcionários, apoiada na ênfase do mercado interno de trabalho o que contribuiu para a estabilidade no emprego e comprometimento com a empresa. Já na estratégia de aquisição de clientes os funcionários não se sentem estimulados a permanecer na empresa.

Durante a década de 90 e a seguinte os bancos se adaptaram aos novos objetivos da reestruturação. Sendo assim, a reestruturação interna dos bancos brasileiros começou com a mudança do lay-out das agências, antes compostas por longos balcões e inúmeras mesas com todos os setores funcionando praticamente

juntos no mesmo espaço. O novo modelo de agência passou a ter espaços físicos bem definidos e ambientados para atender à nova dinâmica de reestruturação e inseri-se no mercado cada vez mais competitivo, (LARANJEIRA, 1997).

Nesse período, os bancos brasileiros adotaram as orientações da Febraban, que sugeria aos bancos a estratégia do cultivo de clientes, o que levou os bancos brasileiros a investirem no treinamento de pessoal visando uma melhor qualificação e o acirramento competitivo entre os bancos. Entre as principais mudanças ocorridas, devido ao processo de reestruturação interna dos bancos, foram implantadas as áreas de autoatendimento, área onde o cliente efetua o seu próprio atendimento, dispensando assim a presença de um funcionário, o cliente é que realiza todas as tarefas antes realizadas pelo caixa, tais como (saques, depósitos, pagamentos de contas, solicitações de talões, transferência de dinheiro, operações de créditos, bem como pagamento de vários tipos de taxas e impostos), (LARANJEIRA, 1997).

Em contraste com a organização bancária das décadas anteriores, a área com caixas eletrônicos fica isolada do corpo da agência, inibindo a entrada dos clientes no interior da agência na busca de atendimento no caixa convencional. Essa medida inibidora ao atendimento convencional passa pelo treinamento dos clientes, onde são estimulados de maneira exaustiva a utilizarem o atendimento eletrônico, que gera menor custo operacional. Com essa medida os bancos reduziram drasticamente o número de caixas convencionais onde se faz necessário a presença do bancário. As áreas de autoatendimento no período de 1990 a 2000 aumentaram mais de 100%. Fora das agências, este tipo de serviço se faz presente em vários

estabelecimentos comerciais, como supermercados, lojas de departamentos, universidades bem como farmácias (LARANJEIRA,1997).

Com a popularização dos computadores domésticos, os bancos implantaram o autoatendimento a domicílio, que elimina o deslocamento do cliente até a agência; com isso a questão da geograficidade do sistema bancário alcançou dimensões territoriais além da agência. O atendimento que nas décadas anteriores eram pontuais, a partir da década de 80 começou a se espacializar junto com o avanço tecnológico. Hoje além de ser pontual para os clientes que desejam ir até as agências bancárias ou não possuem computadores, ele se universalizou, atinge todas as partes das cidades, municípios, estados, Países e o planeta. Sendo assim, o banco está ao alcance de todos, e a qualquer momento, dependendo apenas de alguns toques no teclado do computador ou do celular para se efetuar os mesmos serviços disponíveis nos caixas de autoatendimento das agências.

Essa mobilidade do capital a partir de qualquer ponto do território, é percebida tanto nas grandes cidades como também nas de médio e pequeno porte dotadas de equipamentos que permitam este tipo de operação bancária.

Com o avanço da informatização e desenvolvimento de novos serviços via internet, percebe-se que esta estratégia ganha cada vez mais espaço dia a dia. Boa parte da população dos grandes centros, ou até mesmo de pequenas cidades dotadas de equipamentos que garantem as operações via internet, dispensam a locomoção até a agência bancária, evitando trânsito e outros transtornos, preferem realizar a movimentação de sua conta e pagamentos na comodidade de seus domicílios.

O conceito de localização geográfica da agência bancária continua a existir; no entanto, hoje ela é tida como um centro de negócios, e os serviços prestados pelos bancos estão presentes em todos os lugares, ou seja, os bancos se tornaram virtuais: estão em todo o território, ou em qualquer parte do mundo, basta se conectar a rede e gigantescas somas são movimentadas, em questões de segundos.

Outra mudança percebida no lay-out das agências foi a eliminação das mesas dos gerentes, as quais foram substituídas pelas estações de negócios, destinadas à captação e a aplicação de recursos. As estações de negócios também estão conectadas através de notebooks fora das agências para a realização de negócios. No interior das agências as áreas destinadas aos caixas eletrônicos foi reduzida, um sinal da automação e do autoatendimento. Essa área é destinada para as pessoas que ainda não dominam a linguagem dos terminais de autoatendimento, mas com passar dos anos tende a desaparecer como já acontece, haja vista que recebimentos ou saques podem ser realizados nas casas lotéricas, e pagamentos em supermercados ou lojas de departamentos (LARANJEIRA, 1997).

Na corrida pela expansão do sistema bancário, aliada às novas tecnologias e as reestruturações ocorridas no setor, observa-se que o setor desde a década de 1980 nunca parou de crescer, pelo contrário, mesmo com as reformas no sistema financeiro em 1967, 1985 e o Plano Real em 1995, o setor se reorganizou baseado na utilização de novas tecnologias, fusões entre bancos, que geraram conglomerados competitivos e inovadores.

## 2.5 – A concentração bancária e o crescimento do número de agências e postos de atendimento eletrônico no Brasil

A (Tabela 7), abaixo, demonstra claramente a concentração bancária ocorrida no Brasil desde 1941 a 1998. Em 1941, o número de sedes bancárias existentes no Brasil eram 512, em 1988 esse número passa a 210 sedes. Observa-se que nesse período de reestruturação dos bancos desapareceram 302 sedes bancárias, das quais muitas foram fechadas pelo banco Central, enquanto outra parte composta por pequenos bancos regionais com dificuldades para gerirem seus negócios foram incorporados por bancos maiores pelos processos de compra e fusões.

Tabela 7- Número de sedes bancárias entre os anos de 1941 e 1948

<b>ANO</b>	<b>Número de Sedes</b>	<b>Número de Agências</b>
<b>1941</b>	512	1.134
<b>1950</b>	413	2.183
<b>1960</b>	338	5.110
<b>1970</b>	178	7.861
<b>1980</b>	111	11.251
<b>1985</b>	107	15.422
<b>1988</b>	106	12.810
<b>1990</b>	215	14.392
<b>1994</b>	244	15.698
<b>1996</b>	246	16.433
<b>1998</b>	210	16.097

Fonte. FEBRABAN, Banco Central / Elaboração: Agnaldo Martins de Souza.

Se por um lado, o número de bancos diminuiu entre 1941 e 1988, o mesmo não aconteceu com o número de agências. Em 1941 em todo o Brasil existiam 1.134 agências bancárias, já em 1988 esse número chegava a 16.097 agências, ou seja, em 47 anos foram criadas 14.963 agências (Tabela 8). Sendo assim entre 1941 e 1988, houve uma redução 58,98% no número de sedes bancárias em todo o Brasil, o que significou a eliminação de 303 bancos, já o número de agências espalhadas pelo Brasil teve um aumento de 1.319,5%. A distribuição das agências bancárias pelo território nacional estava disposta principalmente nas capitais brasileiras, sendo que a cidade do Rio de Janeiro contava com o maior número de sedes bancárias e agências até o final da década de 1970. A partir da década de 1980, a cidade de São Paulo assume a hegemonia do sistema bancário nacional, passando a ser o centro de gestão de poder do capital financeiro, e a concentrar o maior número de sedes bancárias e de agências.

Tabela 8 – Número de sedes bancárias entre os anos de 2000 e 2009.

<b>ANO</b>	Número de Sedes	Número de Agências
2000	192	16.396
2001	182	16.841
<b>2002</b>	167	17.049
<b>2003</b>	165	16.829
<b>2004</b>	164	17.260
<b>2005</b>	161	17.627
<b>2006</b>	159	18.087
<b>2007</b>	155	18.572
<b>2008</b>	156	19.142
<b>2009</b>	158	19.167

Fonte. FEBRABAN, Banco Central. Elaboração: Agnaldo Martins de Souza.

Segundo dados da (CIAB, FEBRABAN 2008), analisando o período de 2000 a 2007, houve uma queda de 20% no número de bancos no Brasil. Nesse período, foram fechados ou comprados 34 bancos. Em 2000, o número de bancos era de 192 e em julho de 2009, 158. Estes dados demonstram que o processo de concentração do setor ainda está em andamento. (Tabela 9)

Por outro lado, o número de agências em 2000 era de 16.393 e em julho de 2009 o número de agências bancárias em todo o Brasil já era de 19.167. Em dez anos houve um aumento de 2.771 agências e um crescimento de 16,90%. Se por um lado o número de sedes tem diminuído, o número de agências tem aumentado, o que significa a expansão do setor (Tabela 9).

Mesmo assim, o sistema bancário brasileiro é um dos mais concentrados se comparado com os Estados Unidos que possui 7.282 bancos e 78.867 agências, e a Alemanha que conta com 2.130 bancos e 50.858 agências (IPEA, 2009).

Seguindo a tendência mundial da informatização, corte de custos e aumento dos lucros dos bancos, se observa o evidente avanço dos postos de atendimento eletrônico, que dispensam um ou mais funcionários contratados pelos bancos, haja vista que as operações são realizadas pelos próprios clientes e os dados processados pelo sistema informatizado, sendo que o abastecimento dos caixas eletrônicos é realizado por empresas terceirizadas, assim como a manutenção do próprio equipamento.

Segundo dados da (CIAB, FEBRABAN, 2008), se analisados os períodos entre 2000 a 2007, a implantação dos postos de atendimento eletrônico teve um

aumento de 140,7%. Outro fato que chama a atenção é a parceria que os bancos estabeleceram com os correspondentes não bancários, tais como: casas lotéricas, correios, farmácias, supermercados e lojas de departamentos (Tabela 9).

Conforme dados da (CIAB. FEBRABAN, 2008), em 2007, houve um expressivo crescimento de 15% no setor. Se analisado o período de 2000 a 2007, o setor teve um crescimento de 514,2%. Este tipo de atendimento aos clientes representa mais de 80% das dependências físicas disponibilizadas pelos bancos (Tabela 9).

Tabela 9 – Transações bancárias realizadas entre 2000 e 2007. (Valores em milhões).

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<b>Transações automáticas externas.</b>	557	653	599	610	667	1.412	1.479	1.748
<b>Origem interna</b>	3.585	3.805	3.893	6.785	7.514	8.639	7.516	7.961
<b>Auto – atendimento</b>	6.616	7.776	6.094	7.585	9.891	10.790	11.901	13.735
<b>Internet B PJ</b>	359	664	970	1.174	1.862	2.682	2.885	3.479
<b>Internet DF</b>	370	820	1.139	1.457	2.045	3.167	3.278	3.485
<b>Pos</b>	314	380	549	581	1.002	1.117	1.492	1.700
<b>Transações nos caixas</b>	4.027	5.188	4.463	4.451	3.609	3.719	3.799	4.281
<b>Cheques Compensados</b>	2.638	2.600	2.397	2.246	2.107	1.940	1.709	1.533
<b>Cal Center</b>	1.294	1.586	1.523	1.315	1.151	1.362	1.199	1.319
<b>Correspondentes não bancários</b>	-	-	-	125	187	296	1.492	1.845

Fonte: FEBRABAN, CIAB, Banco Central. Elaboração: Agnaldo Martins de Souza

Nesta parceria entre os bancos e os correspondentes não bancários, evidencia-se uma nova geografia dos serviços prestados pelo setor bancário no Brasil, ou seja, os bancos não estão apenas nos limites físicos da agência

bancária, caixa eletrônico, ou nas residências via internet. Os bancos e seus serviços se fazem presentes nas casas lotéricas, supermercados, lojas de departamentos e postos de gasolina. Serviços como de pagamentos de faturas em lojas e aposentadorias em casas lotéricas e agências dos correios, podem ser efetuados por qualquer cidadão, não tendo que se deslocar até uma agência bancária. Para os bancos esse tipo de parceria influencia diretamente nos cortes de custo com pessoal, estrutura física e máquinas.

De acordo com dados da (CIAB, FEBRABAN 2008), no que se refere às transações bancárias por origem o quadro era o seguinte:

Em 2007, houve uma evolução de 29% nas transações efetuadas por meio dos correspondentes não bancários, resultado da expansão de 15,5% de unidade nesse canal de sua conveniência para realizações de transações bancárias, para o público de menor renda ou que não possui conta em banco. O canal de autoatendimento também apresentou um crescimento importante de 15,4%, comprovando sua crescente aceitação pelos usuários.

As transações em Internet Banking cresceram 12,6%, acompanhando o crescimento de 9,2% do número de usuários em 2007. O crescimento de 12,75% do volume tratado pelos caixas das agências, de 10,5% das transações de call center, e de 13,9% das operações realizadas nos POS, (Terminal de Postos de Venda) do comércio, refletiu o incremento de 9,3% das contas correntes do ano. O número de cheques compensados continuou caindo, apresentando uma redução de 42% em relação ao ano de 2000 (Tabela 9).

Quando analisadas as transações realizadas nos caixas, no período de 2000 a 2007, na média teremos cerca de 4.192.000.000 de atendimentos, ou seja, aparentemente os clientes continuaram a freqüentar os caixas tradicionais. Mas se for levado em consideração o período mais recente de 2004 a 2007 a média cai para 3.852.000.000 de transações e clientes atendidos dentro das agências bancárias; sendo assim, houve uma queda de 340.000 transações no interior das agências.

Essa redução pode ser entendida pelo viés na mudança dos hábitos dos clientes que começaram a utilizar o autoatendimento, serviços via internet banking e correspondentes não bancários.

Por outro lado, a clientela que ora não freqüenta mais as agências bancárias, por sua vez está migrando para o autoatendimento e nos postos dos correspondentes não bancários. Em 2007 eles já representavam 84.332 postos de atendimento ao público. Diante do quadro apresentado fica claro que as atividades bancárias ultrapassaram os limites físicos da agência; isso só foi possível com a reestruturação do Sistema Financeiro Nacional nas últimas décadas, a competitividade existente no setor e ao avanço frenético das novas tecnologias e utilização das mesmas no setor bancário para melhoria dos serviços e maiores rendimento no setor (Tabela 9).

Essa nova espacialidade dos serviços bancários dá uma nova geograficidade aos bancos. O que antes era uma atividade exclusivamente dos bancos, agora é uma atividade exercida por parceiros, que contratam os seus próprios funcionários, mas que, no entanto prestam serviços aos bancos, que por sua vez se livram do ônus da contratação de novos funcionários, uma vez que os

serviços bancários a cada ano que passa tendem a ser terceirizados. Isso implica na contratação de um número cada vez menor de funcionários, pois na medida em que boa parte dos serviços prestados pelos bancos são terceirizados e o avanço rápido das novas tecnologias que os bancos incorporam na prestação de serviços, há uma redução lógica dos funcionários fruto da incorporação das novas tecnologias e das constantes reestruturações do setor.

Tanto os correspondentes não bancários como os postos de venda no comércio caminham rumo à tendência mundial na adoção de novas tecnologias para melhor atender os seus clientes e na prestação de serviços aos seus parceiros. Esses serviços ainda se limitam ao atendimento personalizado ao cliente, ou seja, é como se o mesmo estivesse sendo atendido por um funcionário do banco dentro da agência em um caixa convencional. Com a concentração bancária em andamento no Brasil, e com o mercado praticamente dividido entre os grandes bancos, além da concorrência, a busca incessante por lucros, a agressividade da automação dos serviços, a eficiência do sistema e os cortes das despesas, sinalizam uma tendência: o autoatendimento em poucos anos também atingirá os correspondentes não bancários e o comércio em geral.

Paralelamente ao processo de automação bancária e ganhando espaço ano após ano, os cartões de crédito têm ocupado o lugar das transações antes realizadas pelas transações com cheques e até mesmo em dinheiro vivo, o chamado dinheiro de plástico.

Conforme a (CIAB, FEBRABAN 2008), em 2000, os cartões de crédito eram 28,0 milhões; em 2007, 93,0 milhões, (Tabela 9), um crescimento no período

analisado de 232,1%. Ao mesmo tempo, as transações realizadas com cartões de crédito em 2000 eram de 0,7 bilhões; já em 2007 o número atingiu 2,4 bilhões de transações, portanto um crescimento de 242,9% no período analisado.

## 2.6 – As novas tendências dos bancos na prestação de serviços

Ficam evidentes as mudanças ocorridas nas atividades bancárias nas últimas décadas e o seu alcance além dos limites das agências. De olho nas tendências de mercado e tentando dar mais agilidade aos processos de pagamentos, transferências e consulta de contas correntes ocupando um número cada vez menor de funcionários, minimizando as despesas e maximizando os lucros, os bancos disponibilizaram ao público desde 2000, os serviços realizados pelo celular. Sendo assim a geofricidade dos serviços bancários romperam os limites das agências, dos caixas de autoatendimento e até mesmo das residências, pois com o uso do celular as operações podem ser feitas a partir de qualquer parte do território.

Com a utilização do celular, o cliente pode acessar o saldo de sua conta corrente, extratos, fazer recarga do seu celular, consultar a sua fatura do cartão de crédito, pagamento de títulos e boletos, transferências entre contas correntes, DOC para contas de terceiros, posição consolidada de fundos de investimentos e ações, além de cheques devolvidos.

Entre 2002 e 2006 em um dos bancos estudados, observa-se o crescimento do atendimento via celular o chamado “Mobile Banking”, (Tabela10). O banco Bradesco já conta com 1,3 milhões de usuários, Banco do Brasil 700 mil usuários, Caixa Econômica 300 mil usuários.

Tabela 10 – Utilização dos canais de auto- atendimento do Banco Itaú entre 2000 e o 1º trimestre de 2007 (Quantidade de transações em milhões)

<b>Ano</b>	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<b>Caixas eletrônicos</b>	946	1.033	1.074	1.108	1.141	300
<b>Banco por telefone</b>	231	241	218	240	224	55
<b>Internet Banking</b>	344	440	525	646	744	206
<b>Mobile</b>	3	3	3	3,7	4,8	1,6

Fonte. FEBRABAN. Banco Itaú. Elaboração: Agnaldo Martins de Souza.

Segundo dados da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), existem no Brasil cerca de 29 milhões de usuários dos serviços bancários via internet; já o número de usuários dos serviços bancários pelo celular ainda é reduzido. No entanto, acompanhando a tendência mundial de popularização dos aparelhos de celular, o Mobile Banking já é uma realidade. Segundo dados da (Anatel, 2004), em 2004 o número de celulares no Brasil saltou de 57 milhões para 152 milhões de aparelhos. A previsão é que em 2015 o País terá 231 milhões de aparelhos, (Tabela 11) o que facilitará ainda mais os serviços bancários via celular.

Tabela 11 – Evolução dos celulares no Brasil entre 1994 e 2015 (números em milhões).

<b>Ano</b>	1994	1998	2003	2004	2005	2006	2010	2015
	0,8	5,2	47	57	86	99,9	182	231

Fonte. Anatel/ Telequeste /Teleco. 2008. Elaboração: Agnaldo Martins de Souza.

Outra área em que os bancos estão investindo é a de implantação de tecnologias que promovam a digitalização dos documentos, a chamada virtualização. Este projeto, aprovado pela Câmara do Senado Federal reconhece os processos de digitalização da imagem como cópias fidedignas e legalmente válidas de documentos em papel como os cheques bancários.

Outra inovação do setor é o “DDA” Débito Direto Autorizado, que tem por objetivo substituir os atuais boletos de cobrança em papel por um processo e apresentação totalmente eletrônico. Segundo a FEBRABAN, anualmente são emitidos 2 bilhões de boletos.

Com a nova medida, os bancos economizarão em material e mão de obra, e haverá uma redução no número de pessoas manipulando essas informações, pois os novos sistemas são mais sofisticados.

Segundo Santos (2000), as técnicas se dão como famílias, nunca aparecem isoladas e há a instalação de um grupo de técnicas, o que ele chama de “verdadeiros sistemas”.

No presente, o que se torna representativo é o conjunto de técnicas da informação via informática, da cibernética e eletrônica.

Com a técnica da informação, as diversas técnicas passam a se comunicar entre si, o que antes era impossível. A técnica da informação passa a subordinar o uso do tempo, possibilitando a instantaneidade dos acontecimentos.

O mesmo autor aponta que:

Ao surgir uma nova família de técnicas, as outras não desaparecem, continuam existindo, mas o novo conjunto de instrumentos passa a ser usado pelos novos atores hegemônicos, enquanto os não hegemônicos continuam utilizando conjuntos menos atuais e menos poderosos. Quando um determinado ator não tem as condições para mobilizar as técnicas consideradas mais avançadas, torna-se por isso mesmo, um ator de menor importância no período atual. (SANTOS, 2000, p.25).

Segundo Perez (PEREZ, 2004, p.50) cada revolução tecnológica modifica profundamente as sociedades e por sua vez o potencial tecnológico orientado por efeitos das intensas confrontações e compromissos sociais, políticos e ideológicos.

A destruição criadora impulsiona o progresso, no entanto é responsável pelas recessões e altos índices de crescimento. As novas tecnologias geram riquezas, no entanto, do ponto de vista do emprego é caótico, pois quando há a aplicação de um conjunto de tecnologias se desencadeia uma série de mudanças locais e internacionais, tanto no comércio como na produção e nas relações entre os Países (PEREZ, 2004, p.51).

Cada revolução tecnológica traz consigo a regionalização produtiva, mudanças governamentais, da sociedade, ideológicas e da cultura, gerando modos de crescimento sucessivos e distintos na história do capitalismo; a cada 50 ou 60 anos ocorre o processo de destruição criadora (PEREZ, 2004, p.52).

Um novo paradigma tecnológico e tecnoeconômico assume gradualmente a forma de um novo sentido comum para ação efetiva de qualquer área de atividade.

As mudanças técnicas ocorrem em forma de revolução devido ao surgimento de novas atividades empreendedoras em resposta à explosão de

oportunidades. Quando há um novo paradigma tecnoeconômico se desenha um novo cenário com empreendedores e empreendimentos potenciais (PEREZ, 2004, p.54).

A assimilação tecnológica e seu paradigma tecnoeconômico tem lugar quando a sociedade aceita o seu sentido comum e estabelece um marco regulatório, assim como as instituições aprendem a dirigir o novo potencial para seus próprios fins; isso leva à filtragem das incompatibilidades com o desenvolvimento tecnológico. (PEREZ, 2004, p.57).

Com a instalação de novos paradigmas, há sempre a substituição da velha maneira de realizar o trabalho pela nova. E um cenário favorável às novas tecnologias gera a exclusão das tecnologias incompatíveis. Quase sempre o novo paradigma gera desemprego, pois a nova maneira de realizar as tarefas e os novos produtos substitui os da trajetória anterior (PEREZ, 2004, p.59).

Levando-se em consideração que as revoluções tecnológicas atingem todos os setores da economia de um País e de todo o sistema financeiro mundial, o caso brasileiro não está à margem desse processo. Desde a década de 1980 até 2000, o número de bancários foi reduzido pela metade, ou seja, 50% no total de ocupados no setor.

Segundo Pochmann (1998), um ponto importante a ser destacado é quando se trata de pensar as transformações do trabalho, associando a uma sociedade tecnologicamente mais avançada, com capacidade de produzir mais e com menos pessoas, reduzindo, dessa forma, o trabalho penoso.

Todas as revoluções industriais acarretaram acentuado aumento da produtividade do trabalho e, em consequência, causaram desemprego tecnológico. Os deslocamentos foram grandes, milhões de trabalhadores perderam suas qualificações à medida que máquinas e aparelhos permitiram obter, com menores custos, os resultados produtivos que antes exigiam a intervenção direta de mãos humanas (SINGER, 1988).

A chamada terceira revolução industrial difere das anteriores em vários aspectos, no entanto a consequência maior ainda recai sobre a mão de obra, ou seja, na redução do número de trabalhadores.

O emprego estável será assegurado a um núcleo de trabalhadores de difícil substituição em função de suas qualificações, de suas experiências e de suas responsabilidades. Ao redor destes núcleos gravitará um núcleo variável de trabalhadores periféricos, engajados, por um prazo limitado, pouco qualificados e, portanto, substituíveis (SINGER, 1988).

A classe trabalhadora, os trabalhadores do mundo na virada do século, é mais explorada, mais fragmentada, mais heterogênea, mais complexificada, também no que se refere à sua atividade produtiva: é um operário ou operária trabalhando em média com quatro, cinco ou mais máquinas. Os trabalhadores são desprovidos de seus direitos, o seu trabalho é desprovido de sentido, em conformidade com o caráter destrutivo do capital; não só degrada a natureza, levando o mundo à beira da catástrofe ambiental, como também precariza a força humana que trabalha, desempregando-a, além de intensificar os níveis de exploração (ANTUNES, 1999).

A revolução tecnológica atingiu igualmente o mercado financeiro mundial, cada mercado passou a funcionar em linha com todos os outros, em tempo real. Isso permitiu a mobilidade de capital requerida pelo movimento de globalização da produção. Essas modificações radicais atingiram o modo de vida de boa parte dos cidadãos, alterando seu comportamento, seus empregos, suas atividades rotineiras de trabalho e seu relacionamento, por exemplo, com bancos e supermercados (DUPAS, 1999).

Tanto (POCHMANN,1998), (DUPAS,1999), (PEREZ, 2004), não vêem a tecnologia como a única responsável pelo desemprego; (POSCMANN) afirma que o desemprego decorre do baixo e prolongado dinamismo econômico. Portanto a tecnologia sozinha não é a responsável pelo desemprego, pode responsabilizá-la do ponto de vista das evoluções que acarretam na modernização tecnológica, como resposta às crises estruturais do capital.

## CAPÍTULO 3

### 3 - A hegemonia dos bancos e sua territorialidade

O capital financeiro com certeza passou, passa e continuará passando por transformações cada vez mais sofisticadas, e os bancos acompanharão essas mudanças, munidos de novas tecnologias, cada vez mais inovadoras e rompendo constantemente os velhos paradigmas. Com a territorialidade digital, houve uma dispersão dos serviços bancários via internet, celular, atendimento eletrônico e correspondente não bancários.

De acordo com (HAESBAERT, 2004. p.300), as mudanças tecnológicas recentes também obrigam a reformular nossa concepção de território a ponto de incluir a noção de “territórios móveis” em sentido estrito e não apenas enquanto territórios que, mantendo uma base material fixa, têm limites mais fluidos ou mudam de função e/ou apropriação simbólica.

O conceito de territorialidade é assumido como correspondente ao espaço territorializado, ou seja, da apropriação concreta ou simbólica do espaço por um agente que lhe projeta um trabalho na forma de energia e informação, marcando relações de poder (JUNKES, 2007).

Se no passado os bancos tinham uma territorialidade referenciada pelas agências, atualmente a territorialidade dos mesmos é evidente, ocupando todo o território, onde os bancos e o capital financeiro assumem o papel de decisão e de poder.

Conforme Santos e Laura (2001), a relativa superioridade técnica e política do subsistema financeiro resulta num comando não apenas sobre a economia, mas também sobre outras instâncias da sociedade, incluindo, certamente o território.

Os territórios são formados socialmente construídos de relações espaciais, e seus efeitos dependem das relações de controle e seus propósitos (SAK, 1996).

Ainda sobre o assunto Haesbaert afirma que:

[...] territorializar-se, hoje, implica a ação de comandar redes. [...] elas jamais são completamente desmaterializadas, estão sempre, de uma forma ou de outra, desenhando materialmente territórios com uma carga muito maior de imaterialidade é verdade, mas nem por isso “não territoriais”. As referências espaciais se difundem por todo canto, o espaço/território é assim dotado de uma carga simbólica inédita, criando-se e recriando-se imagens espaciais muitas vezes na própria velocidade imposta pela lógica do mercado (HAESBAERT, 2004, p. 301).

O capital teve como propósito o controle da produção global, além dos governos. Sendo assim, no Brasil desde 1990, como na primeira década do século XXI, desenvolveram-se novas territorialidades resultantes de articulações internacionais para controlar a ação e o comportamento dos atores envolvidos na corrida pelos recursos do mercado financeiro (MINELLA, 2007).

Entre os fatores que permitem o poder das instituições financeiras é o controle que essas exercem sobre parte substantiva dos recursos e do fluxo de capital na economia. Devido ao contato que eles exercem, possibilita, em determinadas circunstâncias, criar constrangimentos ao processo decisório das políticas governamentais e as decisões estratégicas das empresas, caracterizando-se um processo de hegemonia financeira (MINELLA, 2007).

As instituições financeiras, inclusive os investidores institucionais, ao controlarem um fluxo significativo de capitais, possuem a capacidade de definir algumas linhas gerais da economia nas quais as corporações não financeiras operam, uma vez que podem impulsionar o desenvolvimento de certas áreas em detrimento de outras e também restringir o compromisso com um determinado setor, empresa ou País (MINELLA, 2007).

Em períodos em que a disponibilidade de capital diminui, fica evidente a hegemonia do sistema financeiro. A possibilidade de impor constrangimentos aos processos decisórios das empresas e dos governos, condiciona-se às condições diferentes do ciclo econômico, à capacidade de autofuncionamento das empresas, ao grau de desenvolvimento do mercado de capitais, à possibilidade de existirem alternativas de crédito, ao grau de concentração de oferta de crédito e às condições gerais de endividamento dos empresários e governos (MINELLA, 2007).

A concentração de recursos por um número reduzido de instituições, além de gerar poder econômico devido ao grande fluxo de capital, passa a gerar interesse das políticas macroeconômicas que venham a afetar esse universo.

Devido ao controle de capital gerido por um número reduzido de instituições financeiras, essas passam a influenciar o mundo empresarial e até mesmo o governo; logo se torna um poder hegemônico de controle do território, exercendo força de decisão superior aos outros segmentos sociais, superando até mesmo o empresarial (MINELLA, 2007).

A relação entre as políticas governamentais e os grupos econômicos envolve muito aspectos, tais como regulamentação e desregulamentação, políticas antitruste, estatização, políticas industriais e tecnológicas, formas de financiamento do Estado, regulação e controle de forças de trabalho (GONÇALVES, 1991).

A relação dos grupos econômicos com o Estado merece toda a atenção, não apenas para o entendimento dos problemas de de políticas públicas, mas também para a análise de formas categóricas e comportamento que os grupos assumem (MINELLA, 2007).

A organização e configuração dos grupos econômicos dependem tanto dos fatores econômicos como da intenção de fatores políticos e socioculturais. Seu poder sobre os mercados, a sociedade em geral, a sua capacidade de instituir valores e de se transformar em um instrumento político, de controlar substantivos fluxos de capitais, garantem-lhes condições de vetar decisões de regulação pública, relativizar o poder do Estado e afetar a economia de diversos Países. (PORTUGAL, JUNIOR, 1997).

Conforme Benko (p. 56), numa economia capitalista mundial, as atividades de comando são exercidas em todo o “setor do capital financeiro”. As decisões importantes são tomadas tanto pelos bancos como pelos grandes grupos industriais, e o conceito de capital financeiro vem recobrir a interconexão desses dois domínios.

No caso brasileiro, a atuação dos bancos não é diferente. A concentração de grupos econômicos passa a exercer papel determinante nas decisões políticas e econômicas do País.

Faziam parte de grupos que contavam com dezenas de empresas, não só da área financeira, mas também em outros ramos de atividades. Tais empresas não eram propriedades diretas dos bancos, mas tinham ou o controle acionário detido por famílias de banqueiros, ou participações ou relações de interesses com os bancos. Entre os quinze maiores bancos privados do Brasil, quatro se destacam: Bradesco, Itaú, Safra e Votorantim. (COSTA, 2002).

Em 2000, o Bradesco criou a Bradespar, que passou a abrigar as empresas controladas fora do setor financeiro, e manteve importantes participações acionárias em outras empresas, como a Usiminas, Petrobrás, Perdigão e Gerdau. (MINELLA, 2007).

O Bradesco investiu parcelas consideráveis das reservas técnicas da seguradora e da previdência privada em participações minoritárias em empresas, especialmente indústrias, buscando condições que lhe permitisse ocupar um assento no conselho de administração. Isso lhe garantia uma participação em 41 companhias não financeiras, no valor de cerca de US\$ 1,5 bilhão.

A holding Itaúsa, (grupo Itaú), controlava empresas do ramo de madeira, móvel, papel, informática, química e petroquímica, algumas das quais estão entre as maiores de seus respectivos ramos (MINELLA, 2007).

O Banco Safra faz parte de uma rede internacional de empresas controladas pela família Safra, ou nas quais tem participação acionária, compreendendo atividades bancárias, de telecomunicações, de produção de papel e celulose, e de pecuária (ARAUJO, 2003).

O Banco Votorantim está inserido em um dos maiores grupos industriais do País, cujas atividades incluem metalurgia, siderurgia, papel, celulose, química, petroquímica, materiais de construção e de decoração, energia elétrica, alimentos e agricultura (VALOR GRANDES GRUPOS, 2005).

O Unibanco é controlado pela Unibanco Holding, que por sua vez é controlada pela família Moreira Salles por meio da E. Johnston Representações e Participação. O Grupo Moreira Salles é constituído por uma intrínseca rede de empresas controladas e coligadas com uma diversificada participação de capital estrangeiro. Uma análise mais detalhada das participações desse grupo no setor não financeiro deveria rastrear empresas de participação, especialmente a E. Johnston (ARAUJO, 2003).

Entre os exemplos dessa participação, podem ser mencionadas a Blockbuster Vídeo, a maior videolocadora do Brasil, que vincula o Grupo Moreira Salles ao Grupo Viacom, um dos maiores do mundo em entretenimento, e os investimentos do grupo no setor de mineração, com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM); esta é a maior produtora mundial de Nióbio. O Grupo Moreira Salles controla 55% da empresa, tem subsidiárias na Europa (Niobium Products Company GmbH), na América do Norte (Reference Metals Company Inc., Pittsburgh), na Ásia (CMMM Ásia Co. Ltd., Tóquio) e conta ainda com participação de uma subsidiária da Unocal Corporations e da Unipar-União das Indústrias Petroquímicas S.A. (MINELLA, 2007).

Conforme (SAK, 1986), (GONÇALVES, 1991), (COSTA, 2002) e (ARAUJO, 2003), (MINELLA, 2007) e (JUNKES, 2007) fica evidente a hegemonia dos bancos

sobre o território tanto no setor financeiro como nas atividades não financeiras. Os interesses dos bancos tanto privados como de capital estrangeiro extrapolam os limites físicos das agências e se integram em um circuito de poder representado nos mais variados seguimentos econômicos dentro e fora do País. O controle do capital permite aos grupos representados pelos bancos controlarem não somente as atividades financeiras, as políticas e decisões do Estado, como permite a esses grupos um poder além do financeiro; eles administram o território gerando ou impondo constrangimentos, onde os seus interesses estão representados. O controle do capital sobre o território, paralelamente com a participação dos bancos nas atividades não bancárias, e o controle sobre parte dos títulos públicos federais e a lucratividade que os bancos têm com a dívida pública, afetam diretamente as estratégias da política econômica nacional.

Fica claro que os bancos não lidam somente com o dinheiro e ações dos correntistas. As suas ações vão além das portas das agências e a concentração do sistema financeiro em curso, torna-se cada vez mais forte e detentor tanto do poder econômico como político, e do desenvolvimento do País e das regiões onde há interesse em promover o desenvolvimento econômico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento das técnicas e das tecnologias ao longo de décadas, o homem foi aprimorando a sua relação com as novas invenções e maneiras ou modos de realizar o seu trabalho.

Esse processo se acelerou com a Revolução Industrial ocorrida nos séculos XVII e XIX, intensificou-se na Segunda Revolução Industrial e torna-se mais evidente com a Terceira Revolução Industrial.

Neste contexto, o mundo do trabalho passa por inúmeras transformações, onde os trabalhadores dia após dia presenciam os processos de reestruturação produtiva, financeira e nas relações trabalhistas, também.

Com a evolução da microeletrônica e da informática, as tarefas passam a ficar mais ágeis e com isso aumenta a produção; no entanto, as máquinas inseridas nesse processo são poupadoras de mão de obra, o que gera uma grande quantidade de desempregados.

A exclusão socioeconômica se dá pela flexibilização do capital, pela precarização nas relações de trabalho, pela utilização de novas tecnologias em praticamente todos os setores da economia e na acumulação de capital nas mãos dos especuladores.

As instituições financeiras ao longo dos séculos também vivenciam todos os tipos de mudanças, tanto no que diz respeito às políticas de reestruturação financeiras, políticas e produtivas; ou seja, no decorrer da história, os bancos por serem os catalisadores de todas as formas de dinheiro que há no mercado e que são criados por ele, também acompanharam as mudanças técnicas e tecnológicas voltadas para o setor buscando maior dinamismo em suas atividades e no controle do dinheiro e na sua distribuição.

No Brasil, com o desencadeamento do processo de industrialização a partir de 1930 e a expansão das atividades capitalistas, houve a necessidade da expansão do sistema bancário do País, fato que continuou nas décadas seguintes.

Já em 1970, o mercado financeiro mundial, inclusive o Brasil, começou a sofrer constantes desregulamentações. Nesta mesma década, com a informatização e a alteração do padrão ouro para o dólar há uma internacionalização do capital e do setor financeiro.

Dessa forma foi criada uma hierarquia entre as praças financeiras tanto nacionais como internacionais. No Brasil, a cidade de São Paulo passa a se destacar devido à maior concentração de sedes bancárias e número de agências, passando a ser o centro hierárquico das atividades financeiras e bancárias.

Um fator que fica evidente é a concentração de sedes bancárias existentes no Brasil. Em 1930 eram 512, em 2008 o número de sedes bancárias no País cai para 158.

Fica evidente que vários bancos conseguiram sobreviver desde 1960 até a segunda metade da década de 1980 devido às altas taxas inflacionárias que o país vivenciou, e com a Implantação do Plano Real, vários bancos foram liquidados ou incorporados a outras instituições financeiras, o que evidenciou ainda mais o processo de concentração das sedes bancárias no Brasil.

A partir de 2000, o processo de liquidação dos bancos continuou, bem como as políticas de reestruturação dos bancos e a implantação de novas tecnologias na prestação de serviços a seus clientes.

Com um sistema integrado via internet, e com operações on-line em tempo real, os bancos pulverizaram o território nacional com milhares de Postos de Atendimento Eletrônico. Em 1994 eles eram 3.446 e em 2008 já eram 33.304.

Percebe-se também que no período compreendido entre 2001 e 2008 o crescimento do número de agências bancárias foi lento. Em 2001, elas eram 16.841; já em 2008, elas representavam 19.142. Nesse período foram implantadas em todo o País 2.301 agências, número bem reduzido se comparado com a implantação dos Postos de Atendimento Eletrônico.

Atualmente, fica comprovada a hegemonia do Estado de São Paulo e, principalmente da cidade de São Paulo, na concentração de agências bancárias em relação às outras cidades brasileiras e Estados. Em 2000, o Estado de São Paulo contava com 5.320 agências, já em 2008, eram 6.343; sendo que em 2000, 1.885 agências estavam na capital e 3.435 no interior, em 2008, 2.212 na capital e 4.131 agências no interior.

Em relação às demais regiões brasileiras, ficam evidente a hegemonia da Região Sudeste e da Região Sul, áreas com maior densidade financeira, sendo que as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste se evidenciam por serem áreas de circulação financeira rarefeitas.

Com a globalização e o advento da informatização das atividades bancárias, criou-se uma rede mundial de centros financeiros, onde as operações começaram a ser instantâneas e o movimento das transações fluido, conduzidos via satélite, articulando uma nova territorialidade no mundo dos negócios e das economias mundiais, mudando completamente a vida das pessoas.

Nesse contexto, o Brasil sempre esteve à frente desde 1960 com investimentos maciços voltados à área de informática e modernização operacional dos bancos, principalmente a partir 1980.

Foi analisado também que as mudanças não ficaram somente na implantação das novas tecnologias para agilizar o fluxo financeiro mundial. As mudanças também ocorreram internamente com as políticas de reestruturação interna dos bancos.

Com as fusões bancárias, a implantação das novas tecnologias e as novas formas de gestão bancária, as políticas econômicas e as reformas financeiras, houve uma redução acentuada no quadro de funcionários dos bancos. Em 1986, havia 764.923 bancários, em 2007, esse número era de 454.828 funcionários empregados em todos os bancos do Brasil.

Após a implantação do Plano Real, a concorrência entre os bancos instalados no Brasil se tornou mais acirrada, o que se refletiu em uma oferta maior na prestação de serviços de melhor qualidade para os clientes.

Os bancos mudaram as suas políticas de aquisição de clientes para o cultivo de clientes, ou seja, passou a se ter uma seleção na abertura de contas, com clientes mais sólidos e potenciais. Houve profundas transformações no contato dos clientes com o banco, sendo que o lay-out das agências passou a ter uma disposição voltada ao autoatendimento nos caixas eletrônicos, onde os clientes executam todas as tarefas antes efetuadas pelos caixas no interior da agência. Esta medida gerou a eliminação de milhares de postos de trabalho, pois os caixas foram substituídos pelos caixas eletrônicos.

Outra tendência do autoatendimento veio com a popularização dos computadores domésticos, que efetuam quase todas as operações realizadas no interior das agências bancárias. De qualquer ponto do território, onde exista o suporte técnico necessário para a realização das operações bancárias desejadas, bastam alguns toques no teclado do computador ou do celular e em questão de segundos a operação de compra ou pagamento é efetuada.

Se por um lado houve a diminuição das sedes bancárias que em 1930, eram 512 e em 2009, 158, por outro lado houve um aumento no número de agências bancárias espalhadas pelo País, em 1930, eram 1.134 e em 2009, 19.167.

Quando se compara o número de bancos e de agências bancárias do Brasil com Países como a Alemanha e os Estados Unidos, fica evidente a concentração

bancária brasileira e o número reduzido do número de agências espalhadas pelo País.

Uma nova realidade que fica expressa no território nacional e que atualmente dá suporte às operações bancárias são os correspondentes não bancários, como agências dos correios, farmácias, casas lotéricas, conveniências e lojas de departamento que realizam recebimentos e pagamentos que antes só eram possíveis nas agências bancárias.

Com os avanços tecnológicos voltados para o setor bancário, ano após ano o setor busca inovar com a adoção de novas implementações. Desde 1960 as inovações têm sido uma constante no setor; atualmente os bancos investem altas somas em pesquisas para que tanto os papéis como as operações sejam totalmente digitais. Esse dinamismo das operações bancárias e do capital só foi e são possíveis devido ao avanço das telecomunicações e da informática que permitiu que todas as famílias de técnicas e de tecnologias se comunicassem ao mesmo tempo.

A superioridade técnica e política dos bancos possibilitam o comando da economia, como as atividades bancárias e as atividades não bancárias. Com o enfraquecimento do Estado perante a globalização econômica e menor concentração de poder financeiro nas mãos do Estado, os bancos passaram a exercer influência na tomada de decisões, causando constrangimentos ao desenvolvimento de determinadas regiões em detrimento de outras. Isso se dá devido à influência que os bancos têm sobre parte do capital circulante no País e o controle que os mesmos têm sobre as atividades não bancárias, gerindo indústrias vitais ao crescimento do País ou parte do controle acionário das mesmas.

## BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo, São Paulo. 1999.

ANTUNES, R. & GIOVANE, A. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago 2004. Disponível < [www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br).>

ARAUJO, Â. M. C. Reestruturação produtiva e negociações coletivas entre os metalúrgicos paulistas. Trabalho apresentado no XXI Congresso Internacional da América Latina Studies Association, Chicago. 2001.

ARAUJO, E. R. W. A liderança de qualidade de mercado e excelência operacional da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração: O caso do prometo redução de finos para o departamento de britagem. Monografia(Engenharia de Produção) Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2003.

BANCO CENTRAL. Composição e evolução do SFN. Relatório consolidado de 1988 a 2000. [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). Acesso 03/02/09.

\_\_\_\_\_. Composição e evolução do SFN. Relatório anula de 1998. [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). Acesso 03/02/09.

\_\_\_\_\_. Composição e evolução do SFN. Relatório anula de 1999. [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). Acesso 03/02/09.

\_\_\_\_\_. Composição e evolução do SFN. Relatório anula de 2000.

[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). Acesso 03/02/09

\_\_\_\_\_. Composição e evolução do SFN. Relatório anula de 2001.

[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). Acesso 03/02/09.

\_\_\_\_\_. Composição e evolução do SFN. Relatório anula de 2002.

[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). Acesso 03/02/09.

\_\_\_\_\_. Composição e evolução do SFN. Relatório anula de 2003.

[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). Acesso 03/02/09.

\_\_\_\_\_. Composição e evolução do SFN. Relatório anula de 2004.

[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). Acesso 03/02/09.

\_\_\_\_\_. Composição e evolução do SFN. Relatório anula de 2005.

[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). Acesso 03/02/09.

\_\_\_\_\_. Composição e evolução do SFN. Relatório anula de 2006.

[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). Acesso 03/02/09.

\_\_\_\_\_. Composição e evolução do SFN. Relatório anula de 2007.

[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). Acesso 03/02/09.

BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Jorge Zahar, Rio de Janeiro.1988.

BENKO, G. in. Território, globalização e fragmentação. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. Ed. Hucitec, São Paulo. 1994.

BEVERIDGE, W. Full – Emploment in a free society. Allen and Unwin, London. 1948.

BLASS, L. M. S. “Automação bancária: práticas e representações” São Paulo em perspectiva, outubro- dezembro. São Paulo. 1993.

CIAB – FEBRABAN. O setor bancário em números. Ciab 2008. São Paulo. 2008.

CLAVAL, P. A geografia cultural. ed. da UFSC. Florianópolis.1995.

CORRÊA, R. L. Estudos sobre a rede urbana. Gestão, empresa e rede urbana. Concentração bancária e os centros de gestão do território. Bertrand, Rio de janeiro. 2004.

COSTA, F. N. Da origem do capital bancário no Brasil: O caso RUBI. Texto para discussão, IE/UNICAMP, n. 106. Mar. Campinas. 2002.

DIEESE. A situação do trabalho no Brasil. São Paulo. 2001.

DUPAS, G. Economia global exclusão social, emprego, Estado e futuro do capitalismo. Paz e Terra, São Paulo. 1999.

EBOLI, M. P. Relações do trabalho em bancos. Um estudo comparativo. IN: Amnais 19ºEnanpad/FEA, São Paulo. 1995.

FEBRABAN. Projeto qualidade em atendimento. São Paulo. 19994.

GONÇALVES, R. Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica: revista Brasileira de Economia. V. 4. N. 4, p. 491-518, out - dez. Rio de Janeiro. 1991.

GORZ, A. Metamorfose do Trabalho. Crítica da razão econômica. Annablume, São Paulo. 2003.

GRISCI, C. L. I. Reestruturação do trabalho bancário. Velocidade e sofrimento psíquico. Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações, n. 4, Rio Grande do Sul. 2002.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade . Ed. Bertrand Brasil Ltda, Rio de Janeiro. 2007.

HARVEY, D. Condições pós – moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança social. 2. Ed. Loyola, São Paulo. 1989.

IBGE. População recenseada e estimada, segundo as grandes regiões e as Unidades da Federação, 2007.  
[www.ibge.gov.br/home/estatística/população/contagem2007](http://www.ibge.gov.br/home/estatística/população/contagem2007).

IPEA. Transformações na indústria bancária brasileira e o cenário de crise. nº 20, abril. Brasília. 2009.

JUNKES, I. J. Territorialidades do capital bancário nacional e as redes financeiras globais no século XXI. Núcleo de estudo sociopolíticos do sistema financeiro. NESFI/UFSC. Terra@plural, Ponta Grossa, 1 (1): 39 – 65, Jan – Jul. 2007.

KEINES, J. M. Las conseqüências econômicas de la paz. Crítica, Barcelona. 1987.

LARANJEIRA, S. M. G. “Reestruturação produtiva no setor bancário: a realidade dos anos 90”. Educação e Sociedade, ano XVIII. São Paulo. 1997.

LAZZARESCHI, N. Trabalho ou emprego. Paulus, São Paulo. 2007.

MARX, K. O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital”. Bertrand Brasil S. A., Rio de Janeiro. 1989.

MINELLA, A. C. Maiores bancos privados no Brasil: um perfil econômico e social. Sociologias n. 18. Porto Alegre, jul. 2007.

MOREIRA, R. Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica. Ed. Contexto, São Paulo. 2006.

PÉREZ, C. Revoluciones tecnológicas y capital financeiro. La dinámica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza. Siglo Veintiuno, México. 2004.

POCHMANN, M. Desemprego; tendências internacionais e o Brasil. “Economia & trabalho; textos básicos. IE/UNICAMP, v.1. p. 219 – 234. Campinas, 1998.

POCHMANN. M. O trabalho sob fogo cruzado. Exclusão, desemprego e precarização no final do século. Contexto, São Paulo. 2002.

PORTUGAL, JR. J. G. Grupos econômicos: expressão institucional da unidade empresarial contemporâneas. Estudos econômicos do Setor Público. FUNDAP/IESP, São Paulo. 1994.

SACK, R. D. Human territoriality is theory and history. Cambridge: University Peress, 1986.

SANTOS, M. a natureza do espaço: técnicas e tempo, razão e emoção. Ed. Edusp, 1996.

Santos. M & Laura. M. O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI. O sistema financeiro. Ed. Record, Rio de Janeiro. 2001.

SANTOS, M. Por uma outra globalização; do pensamento geográfico à consciência universal. Record, Rio de Janeiro. 2000.

SEGNINI, L. Mulheres no trabalho bancário: difusão tecnológica, qualificação e relação de gênero. EDUSP, São Paulo. 1988.

SINGER, P. Globalização e desemprego; diagnósticos e alternativas. Contexto. São Paulo. 1988.

VALOR GRANDES GRUPOS, ano. 4, n. 4, dez., 2005